

GRAÇA & VERDADE

COLEÇÃO DOUTRINAS BÍBLICAS



VOLUME 5

Ética Cristã

Família, Trabalho e Dinheiro

O casamento e a família como instituição divina, os princípios econômicos do Antigo e do Novo Testamento e a validade do dízimo.

Sumário

1	A Família: Instituição Divina, Casamento e Papel de Pais e Filhos à Luz das Escrituras	ETICA CRISTA
2	A Relação entre Marido e Mulher à Luz da Bíblia	ETICA CRISTA
3	A Economia do Reino: Princípios Econômicos no Antigo Testamento	ETICA CRISTA
4	A Economia do Reino: Princípios Econômicos no Novo Testamento	ETICA CRISTA
5	A Economia do Reino: Continuidade e Ruptura entre os Testamentos	ETICA CRISTA
6	A Validade do Dízimo na Igreja Contemporânea	ETICA CRISTA

SOBRE ESTE E-BOOK

Este material é gratuito

Todos os artigos deste volume estão publicados de graça em **gracaeverdade.online**, e continuarão assim. Não há assinatura, não há versão paga, não há catraca.

Se este material te ajudou no seu estudo das Escrituras, você pode sustentar esse trabalho com qualquer valor. É isso que mantém o site no ar e as publicações saindo toda semana.

APOIE PELO PIX



3d67a292-56c0-4b81-8ed3-8
c45faddaf09

PARA CONTINUAR

Artigos novos

gracaeverdade.online/blog

Versículo do dia no seu e-mail

gracaeverdade.online

Apoiar o projeto

gracaeverdade.online/apoie

Livros que recomendamos

gracaeverdade.online/loja

Os links para a livraria neste e-book e no site são links de associado da Amazon. Como Associado da Amazon, o Graça & Verdade ganha com compras qualificadas, sem custo extra para você.

A Família: Instituição Divina, Casamento e Papel de Pais e Filhos à Luz das Escrituras

Graça & Verdade · 27 de setembro de 2026 · 8 min de leitura

Este artigo examina a família à luz das Sagradas Escrituras (versão Almeida Corrigida Fiel) e da Declaração de Fé das Assembleias de Deus (Capítulo XXIV), abordando a família como instituição criada por Deus, o casamento e a união matrimonial, os propósitos do matrimônio, a dissolução do casamento, o papel de pais, mães e filhos, e as formas heterodoxas de formação de família. Conclui-se que a família, composta de pai, mãe e filhos, é imprescindível à formação integral do ser humano, e que o casamento monogâmico e heterossexual é o modelo estabelecido pelo Criador.

"Portanto deixará o homem o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne" (Gênesis 2:24). A família é uma instituição criada por Deus, imprescindível à existência, à formação e à realização integral do ser humano. Foi o próprio Criador que, ao formar o homem e a mulher, instituiu o matrimônio como aliança entre um homem e uma mulher, base da família.

A Declaração de Fé das Assembleias de Deus, em seu Capítulo XXIV, trata da família, do casamento e do papel de pais, mães e filhos, bem como das formas heterodoxas de formação de família. Este artigo propõe-se a examinar, à luz da Palavra de Deus, a instituição da família, a natureza e os propósitos do casamento, a sua dissolução, os deveres de pais e filhos e a posição bíblica diante das configurações familiares que afrontam o modelo do Criador.

A Família: Instituição Divina

Deus criou o ser humano à sua imagem e semelhança e os fez homem e mulher: "E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou" (Gênesis 1:27), demonstrando a sua conformação heterossexual. A diferenciação dos sexos visa à complementaridade mútua na união conjugal: "Todavia, nem o homem é sem a mulher, nem a mulher sem o homem, no Senhor" (1 Coríntios 11:11); essa complementaridade é necessária à formação do casal e à procriação.

A família é composta de pai, mãe e filhos, quando houver. Reconhecemos preservada a família quando, na ausência do pai e da mãe, os filhos permanecem sob os cuidados de parentes próximos. Rejeitamos, porém, o comportamento pecaminoso da homossexualidade, condenado

por Deus nas Escrituras, bem como qualquer configuração social que se denomine família cuja existência atente contra a monogamia e a heterossexualidade, conforme o modelo estabelecido pelo Criador e ensinado por Jesus.

O Casamento ou União Matrimonial

O casamento é instituição criada por Deus, cujos princípios reguladores e estruturantes são a monogamia: "Portanto deixará o homem o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne" (Gênesis 2:24), e a heterossexualidade: "Não tendes lido que aquele que os fez no princípio macho e fêmea os fez" (Mateus 19:4). Pelo casamento, um homem e uma mulher, por livre consentimento, unem-se mediante um pacto solene, do qual o Senhor Deus é a principal testemunha, e prometem viver em fidelidade mútua até que a morte os separe.

O matrimônio é sublime: "Venerado seja entre todos o matrimônio e o leito sem mácula; porém, aos que se dão à prostituição, e aos adúlteros, Deus os julgará" (Hebreus 13:4). Ele tem por referencial espiritual, moral e afetivo o relacionamento entre Cristo e a Igreja: "Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja" (Efésios 5:23); "Vós, maridos, amai vossas mulheres, como também Cristo amou a igreja, e a si mesmo se entregou por ela" (Efésios 5:25).

Os Propósitos do Casamento

O casamento tem por propósitos a instituição da família matrimonial, a compensação mútua do casal, a procriação, o auxílio mútuo e a continência e satisfação sexual. O homem é unido sexualmente à sua esposa como resultado do amor conjugal, não só para procriar, mas também para uma vivência afetiva, agradável e prazerosa: "Seja bendito o teu manancial, e alegra-te com a mulher da tua mocidade" (Provérbios 5:18). A procriação é bênção divina: "E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra" (Gênesis 1:28).

A Dissolução do Casamento

Reconhecemos o casamento civil e o religioso com efeitos civis, desde que não afrontem os princípios bíblicos e, em especial, não sejam realizados entre pessoas divorciadas em desacordo com o que preconiza o Senhor Jesus. A dissolução do casamento é justificada nos seguintes casos: morte, infidelidade conjugal e deserção por parte do cônjuge descrente. A Palavra é clara: "Assim não são mais dois, mas uma só carne. Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem" (Mateus 19:6). E, quanto ao vínculo, ensina: "A mulher casada está ligada pela lei todo o tempo que o seu marido vive; mas, se falecer o seu marido fica livre para casar com quem quiser, contanto que seja no Senhor" (1 Coríntios 7:39).

Pai, Mãe e Filhos

O pai e a mãe integram, de forma originária, determinante e estruturante, a família, e a eles a Bíblia impõe o dever de sustentar, formar, disciplinar os filhos e instruí-los moral e espiritualmente: "Educa a criança no caminho em que deve andar; e até quando envelhecer não se desviará dele" (Provérbios 22:6). A diferenciação dos sexos é princípio bíblico e natural para as figuras paterna e materna. Na falta do pai ou da mãe, o cônjuge remanescente continua a cumprir o dever de preservar a família.

Aos filhos, a Escritura ordena: "Vós, filhos, sede obedientes a vossos pais no Senhor, porque isto é justo" (Efésios 6:1); e aos pais: "E vós, pais, não provoqueis à ira a vossos filhos, mas criai-os na doutrina e admoestação do Senhor" (Efésios 6:4). Os filhos, sejam decorrentes do vínculo matrimonial, de adoção ou havidos fora do casamento, prestam obediência ao pai e à mãe, honrando-os por toda a vida; esse princípio é mitigado a partir do momento em que o filho forma uma nova família mediante o matrimônio.

Formas Heterodoxas de Formação de Família

Considerando o padrão bíblico heterossexual e monogâmico, diante de problemas de saúde que causam infertilidade, pode-se recorrer à medicina, pois "não necessitam de médico os sãos, mas, sim, os doentes" (Mateus 9:12). A igreja posiciona-se favoravelmente às técnicas reprodutivas que não atentam contra a pureza da relação sexual monogâmica, desde que a fertilização ocorra no interior do corpo da mulher e os gametas pertençam ao próprio casal. As técnicas em que a fertilização ocorre fora do corpo, com manipulação do embrião, são condenáveis, por desrespeitarem o processo natural de fecundação.

Rejeitamos a maternidade de substituição, por ferir a pureza monogâmica, e não admitimos a reprodução post-mortem, em virtude da cessação do vínculo matrimonial. A homossexualidade é condenada por Deus: "Com homem não te deitarás, como se fosse mulher; abominação é" (Levítico 18:22); "E, semelhantemente, também os homens, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros, homens com homens, cometendo torpeza e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro" (Romanos 1:27). O padrão divino permanece: a família formada por pai, mãe e filhos, conforme o modelo estabelecido pelo Criador.

Conclusão

Este artigo demonstrou, à luz da Bíblia e da Declaração de Fé das Assembleias de Deus, que: (1) a família é instituição divina, criada por Deus e imprescindível à formação integral do ser humano; (2) o casamento é instituição monogâmica e heterossexual, cujo referencial é o relacionamento entre Cristo e a Igreja; (3) o matrimônio tem propósitos santos, como a complementaridade, a procriação e o auxílio mútuo; (4) a dissolução do casamento só se justifica por morte,

infidelidade ou deserção do cônjuge descrente; (5) pais e mães têm o dever de sustentar, formar e instruir os filhos, e estes o dever de obedecer e honrar os pais; e (6) as formas heterodoxas de família, contrárias à monogamia e à heterossexualidade, são rejeitadas pelas Escrituras.

A família, portanto, é a célula básica da sociedade e a primeira instituição que Deus estabeleceu. Que os casais vivam o matrimônio com fidelidade e amor, "como também Cristo amou a igreja", que os pais criem os filhos na doutrina do Senhor e que os filhos honrem a seus pais, para que a nossa casa sirva ao Senhor e seja, em cada geração, um altar de adoração e testemunho da graça de Deus. Amém.

Referências

- BÍBLIA. Português. **Almeida Corrigida Fiel**. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.
- BÍBLIA. A. T. Gênesis. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Gênesis 1; 2.
- BÍBLIA. A. T. Levítico. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Levítico 18.
- BÍBLIA. A. T. Provérbios. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Provérbios 5; 22.
- BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Mateus 9; 19.
- BÍBLIA. N. T. Romanos. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Romanos 1.
- BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Coríntios 7; 11.
- BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Efésios 5; 6.
- BÍBLIA. N. T. Hebreus. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Hebreus 13.
- DECLARAÇÃO DE FÉ das Assembleias de Deus. Rio de Janeiro: CPAD, 2017. Capítulo XXIV: Sobre a Família.

A Relação entre Marido e Mulher à Luz da Bíblia

Graça & Verdade · 25 de junho de 2026 · 22 min de leitura

Este artigo examina a relação entre marido e mulher à luz das Escrituras Sagradas, tendo por base a versão Almeida Corrigida Fiel (ACF). A partir da narrativa da criação em Gênesis, são analisados os fundamentos divinos do matrimônio, os deveres e responsabilidades de cada cônjuge e o propósito eterno da aliança matrimonial.

Resumo

Este artigo examina a relação entre marido e mulher à luz das Escrituras Sagradas, tendo por base a versão Almeida Corrigida Fiel (ACF). A partir da narrativa da criação em Gênesis, são analisados os fundamentos divinos do matrimônio, os deveres e responsabilidades específicos do marido e da esposa, os direitos recíprocos no âmbito conjugal, o amor como princípio norteador da relação, o simbolismo do casamento como representação da união entre Cristo e a Igreja, as advertências bíblicas sobre o divórcio e as marcas de um relacionamento conjugal aprovado por Deus. Conclui-se que a Bíblia apresenta um modelo de matrimônio baseado no amor sacrificial, no respeito mútuo, na fidelidade e na submissão voluntária, no qual marido e mulher são coerdeiros da graça da vida e refletem, em sua união, o mistério do amor de Cristo pela Sua Igreja.

O casamento é uma das instituições mais antigas e fundamentais da humanidade, tendo sido estabelecido pelo próprio Deus no princípio da criação. Antes mesmo da queda do homem, antes do pecado e da morte entrarem no mundo, Deus já havia instituído o matrimônio como a primeira e mais básica das relações humanas (Gênesis 2:18-24). Em toda a Escritura Sagrada, desde o Gênesis até o Apocalipse, o casamento é tratado não como uma mera convenção social, mas como uma aliança sagrada estabelecida diante de Deus, dotada de propósitos espirituais, sociais e emocionais profundos.

Nos dias de hoje, em meio a uma sociedade que relativiza o conceito de família, redefine o casamento e desconsidera os princípios bíblicos que o fundamentam, torna-se urgente retornar às Escrituras para compreender o que Deus realmente ensina sobre a relação entre marido e mulher. Este artigo propõe-se a examinar, exclusivamente com base na Bíblia Sagrada (versão Almeida Corrigida Fiel), os direitos e deveres de ambos os cônjuges e o modelo de relação matrimonial que é aprovado à luz da Palavra de Deus.

O artigo estrutura-se em oito seções principais: primeiramente, analisa-se a origem divina do matrimônio; em seguida, examinam-se os deveres do marido, os deveres da esposa e os direitos recíprocos no casamento; depois, discute-se o amor como fundamento da relação conjugal, o simbolismo do casamento como representação de Cristo e a Igreja, as advertências bíblicas sobre o divórcio e, por fim, as marcas do relacionamento conjugal que agrada a Deus.

2.1 A Origem Divina do Matrimônio

O fundamento de toda a teologia bíblica do casamento encontra-se nos primeiros capítulos de Gênesis. Em Gênesis 1:27-28, lemos: "E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a". Aqui já se revelam verdades fundamentais: tanto o homem quanto a mulher foram criados à imagem de Deus, dotados da mesma dignidade essencial e chamados conjuntamente ao mandato cultural de povoar e administrar a terra.

Em Gênesis 2:18, Deus declara: "Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadora idônea para ele". A expressão hebraica "ezer kenegdo" (עֵזֶר כְּנֶגְדּוֹ) significa literalmente "uma ajudadora como diante dele" ou "uma auxiliadora que lhe corresponda". Longe de denotar inferioridade, o termo "ezer" é usado em outros lugares para descrever o próprio Deus como o "auxílio" de Israel (Salmo 33:20; 115:9). A mulher foi criada como parceira correspondente, igual em essência e complementar em função.

O relato da criação da mulher a partir da costela de Adão (Gênesis 2:21-23) é rico em simbolismo. Deus não formou a mulher da cabeça do homem, para que não o dominasse, nem dos pés, para que não fosse por ele pisada, mas de seu lado, para que fosse sua companheira igual, próxima ao seu coração. Ao ver a mulher, Adão exclama: "Esta é agora osso dos meus ossos e carne da minha carne" (Gênesis 2:23), reconhecendo nela sua igualdade e identidade compartilhada. O texto conclui com o princípio fundador do casamento: "Portanto deixará o homem o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne" (Gênesis 2:24). Este versículo estabelece três elementos essenciais do matrimônio bíblico: o desligamento dos laços parentais ("deixará"), a união permanente ("apegar-se-á") e a intimidade consumada ("serão uma só carne").

Jesus Cristo, em Mateus 19:4-6, confirma e reitera este fundamento: "Não tendes lido que aquele que os fez no princípio macho e fêmea os fez, e disse: Portanto, deixará o homem pai e mãe e se unirá a sua mulher, e serão dois numa só carne? Assim não são mais dois, mas uma só carne. Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem". Jesus retorna ao propósito original da criação para afirmar a indissolubilidade do vínculo matrimonial, estabelecendo que o casamento não é uma instituição humana, mas uma obra divina: "o que Deus ajuntou".

2.2 Os Deveres do Marido

A Bíblia atribui ao marido responsabilidades específicas que definem seu papel na relação conjugal. Estas responsabilidades não são privilégios de dominação, mas mandamentos de amor, sacrifício e liderança servil.

O texto mais completo sobre os deveres do marido encontra-se em Efésios 5:25-33. Paulo ordena: "Vós, maridos, amai vossas mulheres, como também Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela" (Efésios 5:25). Este é o padrão supremo do amor conjugal: o amor de Cristo pela Igreja. Cristo amou a Igreja de forma sacrificial ("entregou-Se"), purificadora ("para a santificar") e provedora ("para a apresentar a si mesmo"). O marido é chamado a amar sua esposa com a mesma intensidade, dispondo-se ao sacrifício pessoal pelo bem-estar espiritual, emocional e material dela.

Paulo continua: "Assim devem os maridos amar as suas próprias mulheres como a seus próprios corpos. Quem ama a sua mulher ama-se a si mesmo. Porque nunca ninguém odiou a sua própria carne; antes a alimenta e sustenta, como também o Senhor à igreja" (Efésios 5:28-29). O apóstolo estabelece que o amor do marido pela esposa deve ser tão natural e cuidadoso como o amor que cada pessoa tem por seu próprio corpo. Isto implica provisão material, cuidado emocional e sustento espiritual. O marido que não provê para sua família é comparado ao infiel: "se alguém não tem cuidado dos seus, e principalmente dos da sua família, negou a fé, e é pior do que o infiel" (1 Timóteo 5:8).

Pedro, por sua vez, exorta os maridos: "Igualmente vós, maridos, coabitai com elas com entendimento, dando honra à mulher, como vaso mais fraco, como sendo vós os seus co-herdeiros da graça da vida, para que não sejam impedidas as vossas orações" (1 Pedro 3:7). Três aspectos destacam-se aqui. Primeiro, o marido deve conviver com "entendimento" ou "conhecimento" — compreendendo as particularidades de sua esposa, suas necessidades e sua forma de ser. Segundo, deve "dar honra" à mulher, tratando-a com dignidade, respeito e consideração. A expressão "vaso mais fraco" não se refere a inferioridade moral ou intelectual, mas à diferença física que exige proteção e cuidado, não dominação. Terceiro, ambos são "co-herdeiros da graça da vida" — há absoluta igualdade espiritual diante de Deus. A consequência de não honrar a esposa é grave: as orações do marido serão impedidas.

Colossenses 3:19 resume de forma direta: "Vós, maridos, amai a vossas mulheres e não vos irriteis contra elas". O amor é ordenado; a aspereza e a irritação constantes são proibidas. O marido bíblico é chamado a ser um líder servidor, que ama como Cristo, honra como a coerdeira, provê como mordomo e protege como guardião.

2.3 Os Deveres da Esposa

As Escrituras também estabelecem responsabilidades específicas para a esposa, sempre no contexto de uma relação de amor, respeito e parceria.

Em Efésios 5:22-24, Paulo escreve: "Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos, como ao Senhor; porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo. De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos". A palavra "sujear" (hypotassô, em grego) não significa submissão forçada ou inferioridade de valor, mas um ordenamento voluntário e amoroso. É crucial ler este texto no contexto imediato: o verso 21 estabelece o princípio geral de "sujetai-vos uns aos outros no temor de Deus", indicando que a submissão é mútua na comunidade cristã. A submissão da esposa é uma resposta ao amor sacrificial do marido, e não uma imposição arbitrária.

Tito 2:4-5 ensina que as mulheres mais velhas devem ensinar "as mulheres novas a serem prudentes, a amarem seus maridos, a amarem seus filhos, a serem moderadas, castas, boas donas de casa, sujeitas a seus maridos, a fim de que a palavra de Deus não seja blasfemada". Nota-se aqui que o primeiro mandamento à esposa é amar o marido (philandros), e o segundo, amar os filhos (philoteknos). A submissão aparece no contexto mais amplo de virtudes que edificam o lar e preservam o testemunho cristão diante do mundo.

Primeiro Pedro 3:1-6 oferece orientações adicionais: "Semelhantemente, vós, mulheres, sede sujeitas aos vossos próprios maridos, para que também, se alguns não obedecem à palavra, pelo procedimento de suas mulheres sejam ganhos sem palavra". Pedro enfatiza a importância do testemunho silencioso e da conduta virtuosa sobre a aparência externa: "O enfeite delas não seja o exterior, no frisado dos cabelos, no uso de joias de ouro, na compostura dos vestidos, mas o homem encoberto no coração, no incorruptível traje de um espírito manso e quieto, que é precioso diante de Deus" (1 Pedro 3:3-4). Ele conclui exaltando a beleza interior e a confiança em Deus como as verdadeiras marcas da mulher piedosa.

Provérbios 31:10-31 apresenta o retrato da "mulher virtuosa" (êchet chayil), descrita como alguém cujo "valor muito excede ao de rubis" (Provérbios 31:10). Longe de ser passiva ou submissa, ela é retratada como ativa, empreendedora e sábia: "busca lã e linho e trabalha de boa vontade com suas mãos... abre a sua mão ao pobre e estende as suas mãos ao necessitado... abre a sua boca com sabedoria, e a lei da beneficência está na sua língua" (Provérbios 31:13, 20, 26). Seu marido confia nela plenamente, e ela lhe faz bem e não mal todos os dias de sua vida (Provérbios 31:11-12). A mulher virtuosa é louvada não por sua submissão passiva, mas por sua força, sabedoria, laboriosidade e temor ao Senhor.

2.4 Direitos Recíprocos no Casamento

A Bíblia não trata apenas dos deveres de cada cônjuge, mas também dos direitos que ambos possuem na relação conjugal. Primeiro Coríntios 7:1-5 é o texto mais explícito sobre este aspecto. Paulo ensina que o casamento envolve direitos mútuos que devem ser honrados: "O marido

pague à mulher a devida benevolência, e da mesma sorte a mulher ao marido. A mulher não tem poder sobre o seu próprio corpo, mas tem-no o marido; e também, da mesma maneira, o marido não tem poder sobre o seu próprio corpo, mas tem-no a mulher" (1 Coríntios 7:3-4).

Este texto é revolucionário para o seu contexto histórico. Paulo afirma que a intimidade conjugal não é um direito unilateral do marido sobre a esposa, mas um direito recíproco: ambos têm poder sobre o corpo do outro. A palavra "benevolência" (opheilên, em grego) significa literalmente "dívida" ou "aquilo que é devido". Há, portanto, uma dívida conjugal de cuidado, afeto e intimidade que ambos os cônjuges têm o direito de esperar e o dever de oferecer.

Paulo prossegue: "Não vos priveis um ao outro, senão por consentimento mútuo, por algum tempo, para vos aplicardes ao jejum e à oração; e depois ajuntai-vos outra vez, para que Satanás não vos tente pela vossa incontinência" (1 Coríntios 7:5). A privação da intimidade conjugal só é permitida mediante acordo mútuo, por tempo limitado e com propósito espiritual específico. Isto sublinha a importância da comunicação, do consentimento e da consideração mútua na vida conjugal.

O direito à companhia, ao afeto e ao cuidado não é apenas emocional, mas também prático. Malaquias 2:14-16 adverte contra a infidelidade e o divórcio, lembrando que a mulher é "a companheira da tua aliança". A palavra "companheira" (chabereth) denota parceira, amiga e igual. Além disso, o texto diz que Deus "odeia o repúdio" (Malaquias 2:16), indicando que o direito do cônjuge à estabilidade e à segurança da aliança matrimonial é protegido pelo próprio Deus.

2.5 O Amor como Fundamento da Relação Conjugal

O amor é o princípio fundamental que deve nortear toda a relação entre marido e mulher. Em Efésios 5, Paulo estabelece que o amor do marido pela esposa deve ser modelado pelo amor de Cristo pela Igreja — um amor sacrificial, purificador, provedor e fiel. Este amor não é meramente emocional ou romântico; é um amor de vontade e ação, que se expressa em atos concretos de serviço e doação.

O apóstolo João define a essência do amor divino: "Nós o amamos a ele porque ele nos amou primeiro" (1 João 4:19) e "Deus é amor" (1 João 4:8). No contexto conjugal, isto significa que o amor entre marido e mulher é uma resposta ao amor de Deus e uma expressão terrena do amor divino. O amor ágape — o amor sacrificial e incondicional — é aquele que deve permear o relacionamento. Primeiro Coríntios 13 descreve este amor com detalhes: "O amor é sofredor, é benigno; o amor não é invejoso; o amor não trata com leviandade, não se ensoberbece; não se porta com indecência, não busca os seus interesses, não se irrita, não suspeita mal; não folga com a injustiça, mas folga com a verdade; tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta" (1 Coríntios 13:4-7).

O livro de Cantares de Salomão é o poema bíblico do amor conjugal, celebrando a intimidade, o desejo e a beleza do amor entre o esposo e a esposa. Cantares 8:6-7 declara: "Põe-me como selo sobre o teu coração, como selo sobre o teu braço, porque o amor é forte como a morte, e duro como a sepultura o ciúme; as suas brasas são brasas de fogo, com veementes labaredas. As muitas águas não podem apagar este amor, nem os rios afogá-lo. Ainda que alguém desse todos os bens de sua casa pelo amor, certamente o desprezariam". Este texto exalta a força, a beleza e o valor inestimável do amor conjugal. Provérbios 5:18-19 exorta o marido a alegrar-se com a esposa de sua juventude: "Seja bendito o teu manancial, e alegra-te com a mulher da tua mocidade. Como cerva amorosa, e gazela graciosa, os seus seios te saciem todo o tempo; e pelo seu amor sejas atraído perpetuamente".

Colossenses 3:14 resume: "E, sobre tudo isto, revesti-vos de amor, que é o vínculo da perfeição". O amor é o vínculo que une e aperfeiçoa todas as demais virtudes na relação conjugal. Sem ele, os deveres tornam-se cargas e os direitos tornam-se exigências. Com ele, marido e mulher experimentam a união que Deus planejou desde o princípio.

2.6 O Casamento como Símbolo da Relação entre Cristo e a Igreja

Uma das revelações mais sublimes sobre o casamento nas Escrituras é que ele foi designado por Deus para ser um símbolo vivo da relação entre Cristo e Sua Igreja. Em Efésios 5:31-32, Paulo, após citar Gênesis 2:24, declara: "Grande é este mistério; digo-o, porém, a respeito de Cristo e da igreja". O apóstolo revela que o padrão original do casamento em Gênesis apontava profeticamente para o mistério da união entre Cristo e os Seus redimidos.

Cristo é apresentado como o Noivo que ama, purifica e se sacrifica pela Sua Noiva (a Igreja). João Batista refere-se a Jesus como o "Esposo" e a si mesmo como "amigo do esposo" (João 3:29). Apocalipse 19:7-9 proclama: "Regozijemo-nos e alegremo-nos e demos-lhe glória, porque vindas são as bodas do Cordeiro, e já a sua esposa se aprontou". O casamento é, portanto, uma parábola viva do evangelho: assim como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela, o marido é chamado a amar sua esposa; assim como a Igreja se sujeita a Cristo, a esposa é chamada a respeitar e apoiar seu marido.

O profeta Oseias é um exemplo dramático desta verdade. Deus ordena a Oseias que se case com Gomer, uma mulher adúltera, como símbolo do amor de Deus por Israel, que fora infiel (Oseias 1:2; 3:1). Através do sofrimento e da fidelidade do profeta, Deus demonstra Seu amor incondicional por Seu povo. O casamento, mesmo em suas dificuldades, é um instrumento para revelar o caráter de Deus ao mundo.

Hebreus 13:4 declara: "Venerado seja entre todos o matrimônio e o leito sem mácula; porém, aos que se dão à prostituição e aos adúlteros Deus os julgará". O casamento é digno de honra porque é uma instituição divina que reflete a aliança eterna de Deus com Seu povo. A fidelidade conjugal

é, portanto, um reflexo da fidelidade divina, e a infidelidade conjugal é uma violação grave que atenta contra este símbolo sagrado.

2.7 Advertências sobre o Divórcio e a Infidelidade

A Bíblia não ignora a realidade dos conflitos conjugais, mas adverte solenemente contra o divórcio e a infidelidade. Em Malaquias 2:14-16, o Senhor declara que odeia o divórcio: "Porque o Senhor, o Deus de Israel, diz que odeia o repúdio, e aquele que encobre a violência com a sua roupa, diz o Senhor dos Exércitos". Deus é apresentado como testemunha da aliança matrimonial, e a quebra desta aliança é tratada como violência e perfídia.

Jesus, em Mateus 19:3-9, é questionado pelos fariseus sobre a legalidade do divórcio. Sua resposta remete à ordem original da criação: "Moisés, por causa da dureza dos vossos corações, vos permitiu repudiar vossas mulheres; mas ao princípio não foi assim" (Mateus 19:8). Jesus reconhece que a lei mosaica tolerou o divórcio devido à dureza do coração humano, mas aponta para o ideal original da indissolubilidade. Ele estabelece uma exceção: "Qualquer que repudiar sua mulher, não sendo por causa de fornicção, e casar com outra, comete adultério" (Mateus 19:9). A infidelidade sexual (à qual o termo "fornicação"/porneia se refere) é apresentada como a única base que permite o divórcio.

O apóstolo Paulo, em 1 Coríntios 7:10-16, aborda situações adicionais. Aos casados, ordena não separar-se (1 Coríntios 7:10-11). Aos casamentos mistos (crente com não crente), ele instrui que, se o não crente quiser permanecer, o crente não deve divorciar-se, pois "o marido descrente é santificado pela mulher" (1 Coríntios 7:14). Contudo, "se o descrente se apartar, aparte-se; porque neste caso o irmão, ou irmã, não está sujeito à servidão" (1 Coríntios 7:15).

O sétimo mandamento do Decálogo é inequívoco: "Não adulterarás" (Êxodo 20:14). O adultério é tratado nas Escrituras como um pecado grave contra Deus, contra o cônjuge e contra a aliança. Provérbios 6:32 adverte: "O que adultera com uma mulher é falto de entendimento; aquele que faz isso destrói a sua alma". Hebreus 13:4 reforça que "aos que se dão à prostituição e aos adúlteros Deus os julgará". A fidelidade conjugal não é opcional para o cristão; é um mandamento divino que protege a santidade do casamento e a integridade da família.

2.8 O Relacionamento Conjugal Aprovado por Deus

Após examinar os diversos aspectos do ensino bíblico sobre o casamento, podemos identificar as marcas de um relacionamento conjugal que é aprovado à luz da Palavra de Deus.

Primeiramente, o casamento aprovado por Deus é um casamento de aliança. Em Provérbios 2:17, o casamento é descrito como "a aliança do seu Deus". Isto significa que o vínculo conjugal não é apenas um contrato social que pode ser desfeito quando uma das partes se sente insatisfeita, mas uma aliança sagrada feita na presença de Deus, que une o casal até que a morte os separe (Romanos 7:2-3). A aliança implica compromisso, fidelidade e permanência.

Em segundo lugar, o casamento aprovado é marcado pelo amor sacrificial e respeito mútuo. O marido ama como Cristo amou a Igreja (Efésios 5:25), e a esposa respeita e apoia o marido (Efésios 5:33). Ambos se sujeitam um ao outro no temor de Deus (Efésios 5:21). Não há lugar para dominação tirânica ou submissão forçada; há serviço mútuo, honra recíproca e cuidado amoroso.

Em terceiro lugar, o casamento aprovado é caracterizado pela fidelidade exclusiva. O sétimo mandamento (Êxodo 20:14), a advertência de Provérbios contra o adultério (Provérbios 5:15-20; 6:27-35) e o ensino de Jesus (Mateus 5:27-28) estabelecem que a fidelidade não é apenas física, mas também mental e emocional. O casamento aprovado por Deus é monogâmico, heterossexual e vitalício, conforme o padrão original estabelecido em Gênesis.

Em quarto lugar, é um casamento onde ambos são coerdeiros da graça. Pedro declara que marido e mulher são "co-herdeiros da graça da vida" (1 Pedro 3:7), indicando que há plena igualdade espiritual diante de Deus. Gálatas 3:28 confirma: "Nisto não há ... macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus". No plano espiritual, não há hierarquia; ambos têm acesso igual à salvação, aos dons espirituais e à presença de Deus.

Em quinto lugar, é um casamento que glorifica a Deus. A união conjugal foi criada para refletir a glória de Deus ao mundo. Quando marido e mulher se amam, se respeitam e vivem em fidelidade e harmonia, eles demonstram ao mundo o amor de Cristo pela Igreja (Efésios 5:32). O casamento cristão é, portanto, uma ferramenta evangelística e um testemunho do poder transformador do evangelho.

O Salmo 128, o "salmo da família bem-aventurada", retrata a bênção divina sobre o lar que teme ao Senhor: "Bem-aventurado aquele que teme ao Senhor e anda nos seus caminhos. Pois comerás do trabalho das tuas mãos, feliz serás, e te irá bem. A tua mulher será como a videira frutífera aos lados da tua casa; os teus filhos como plantas de oliveira à roda da tua mesa" (Salmo 128:1-3). Este salmo condensa a promessa de Deus para aqueles que edificam seu lar sobre o fundamento da Sua Palavra.

Conclusão

Ao longo deste artigo, examinou-se a relação entre marido e mulher fundamentada exclusivamente nas Escrituras Sagradas. O casamento, conforme revelado na Bíblia, não é uma invenção humana, mas uma instituição divina estabelecida por Deus no Éden, antes da entrada do pecado no mundo (Gênesis 1:27-28; 2:18-24). Desde o princípio, Deus determinou que o homem e a mulher fossem parceiros iguais em dignidade, complementares em suas diferenças e unidos em uma aliança vitalícia.

A Bíblia atribui ao marido a responsabilidade de amar sua esposa como Cristo amou a Igreja — com amor sacrificial, provedor, protetor e santificador (Efésios 5:25-33). Deve honrá-la como coerdeira da graça, tratá-la com entendimento e jamais irar-se contra ela (1 Pedro 3:7; Colossenses 3:19). À esposa, as Escrituras atribuem o papel de auxiliadora idônea, parceira fiel, administradora sábia do lar e submissa voluntária à liderança amorosa do marido (Efésios 5:22-24; Provérbios 31; Tito 2:4-5).

Os direitos recíprocos são claramente afirmados: ambos têm poder sobre o corpo do outro e devem pagar a devida benevolência conjugal (1 Coríntios 7:3-5). O amor é apresentado como o fundamento e o vínculo da perfeição na relação conjugal (1 Coríntios 13; Colossenses 3:14), e o casamento é elevado à condição de símbolo vivo da união entre Cristo e a Igreja (Efésios 5:31-32; Apocalipse 19:7-9).

As Escrituras advertem solenemente contra o adultério (Êxodo 20:14; Provérbios 6:32; Hebreus 13:4) e contra o divórcio (Malaquias 2:16; Mateus 19:3-9), chamando os cônjuges à fidelidade e à perseverança na aliança. O relacionamento conjugal aprovado por Deus é aquele que se fundamenta na aliança, no amor sacrificial, no respeito mútuo, na fidelidade exclusiva, na igualdade espiritual e no propósito de glorificar a Deus.

Que as palavras de Gênesis 2:24 ecoem como o padrão divino para todo casamento: "Portanto deixará o homem o seu pai e a sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne". E que cada marido e cada esposa possam viver de modo que seu lar seja um reflexo do amor de Cristo pela Igreja, para glória de Deus e bênção das famílias.

Referências

BÍBLIA. A. T. Gênesis. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Gênesis 1–2.

BÍBLIA. A. T. Êxodo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Êxodo 20.

BÍBLIA. A. T. Levítico. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Levítico.

BÍBLIA. A. T. Salmos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Salmo 128.

BÍBLIA. A. T. Provérbios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Provérbios 5–6, 31.

BÍBLIA. A. T. Cantares de Salomão. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Cantares 8.

BÍBLIA. A. T. Malaquias. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Malaquias 2.

BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Mateus 5, 19.

BÍBLIA. N. T. João. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. João 3.

BÍBLIA. N. T. Romanos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Romanos 7.

BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Coríntios 7, 13.

BÍBLIA. N. T. 2 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 2 Coríntios.

BÍBLIA. N. T. Gálatas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Gálatas 3.

BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Efésios 5.

BÍBLIA. N. T. Colossenses. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Colossenses 3.

BÍBLIA. N. T. 1 Timóteo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Timóteo 5.

BÍBLIA. N. T. Tito. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Tito 2.

BÍBLIA. N. T. Hebreus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Hebreus 13.

BÍBLIA. N. T. 1 Pedro. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Pedro 3.

BÍBLIA. N. T. 1 João. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 João 4.

BÍBLIA. N. T. Apocalipse. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Apocalipse 19.

A Economia do Reino: Princípios Econômicos no Antigo Testamento

Graça & Verdade · 25 de junho de 2026 · 38 min de leitura

Este artigo analisa os princípios econômicos presentes no Antigo Testamento, demonstrando que a Torá e os Profetas articulam um sofisticado sistema econômico fundamentado na soberania absoluta de Deus sobre a criação.

O arcabouço econômico veterotestamentário repousa sobre um fundamento teológico radical: Deus é o proprietário absoluto de toda a criação. A terra, os recursos naturais, o poder de gerar riqueza — tudo pertence ao Senhor (Lv 25:23; Dt 8:17-18; Sl 24:1). Os seres humanos, por sua vez, são mordomos, administradores temporários daquilo que pertence a outrem. Esta premissa subverte toda concepção de direito absoluto de propriedade e estabelece uma economia de dádiva e responsabilidade, na qual a acumulação ilimitada e a pobreza perene são igualmente incompatíveis com o desígnio divino para a comunidade da aliança. O sistema do Ano Sabático e do Ano do Jubileu (Lv 25), a remissão septenal de dívidas (Dt 15), as leis de respigadura (Lv 19:9-10; Dt 24:19-22), a proibição da usura entre irmãos (Ex 22:25; Lv 25:35-38) e o cuidado institucionalizado com os vulneráveis constituem engrenagens de um mesmo mecanismo divinamente ordenado para prevenir a desigualdade estrutural e restaurar periodicamente a equidade econômica no seio do povo de Deus.

A relevância deste estudo transcende o interesse meramente histórico ou exegético. As economias contemporâneas, tanto em suas vertentes capitalistas quanto socialistas, enfrentam crises cíclicas de desigualdade, endividamento sistêmico, exploração do trabalho e degradação ambiental — problemas para os quais o Antigo Testamento oferece, se não soluções prontas, ao menos princípios éticos contundentes que desafiam os pressupostos da modernidade econômica. A noção de que a terra não pode ser alienada perpetuamente (Lv 25:23), de que o trabalhador deve receber seu salário antes do pôr do sol (Dt 24:15), de que o empréstimo ao pobre não deve visar lucro (Ex 22:25) e de que a comunidade tem o dever institucional de sustentar os despossuídos (Dt 14:28-29) são valores que interpelam profundamente a consciência cristã e a reflexão teológica sobre a economia. Neste sentido, o presente artigo busca contribuir para o resgate desses princípios, examinando-os em seu contexto canônico e apontando suas implicações para a igreja contemporânea.

Este artigo está estruturado em três seções principais. A primeira seção (seção 2) constitui o corpo central da pesquisa, subdividida em onze subseções que examinam, respectivamente: o princípio fundamental da soberania divina sobre a criação; a teologia da terra como herança familiar inalienável; o sistema do Ano Sabático e do Jubileu como coração do ordenamento econômico; a remissão de dívidas e a libertação de servos; o sistema de dízimos, primícias e ofertas como mecanismo de assistência e culto; a proteção ao trabalhador e aos vulneráveis; a proibição da usura; a ética de pesos e medidas e a integridade comercial; a sabedoria econômica do livro de Provérbios; a economia da aliança expressa em bênçãos e maldições; e, finalmente, lições do modelo veterotestamentário para a economia contemporânea. A segunda seção (seção 3) apresenta a conclusão, sintetizando os achados e apontando para o cumprimento neotestamentário em Cristo. A terceira seção lista as referências bíblicas e bibliográficas consultadas.

A Economia do Antigo Testamento: Fundamentos e Instituições

2.1 O Princípio Fundamental: Deus como Senhor Absoluto

O edifício econômico do Antigo Testamento assenta-se sobre um alicerce teológico inequívoco: Deus é o proprietário absoluto de tudo o que existe. Este princípio é enunciado com clareza lapidar em Levítico 25:23: "A terra não se venderá em perpetuidade, porque a terra é minha; pois vós sois estrangeiros e peregrinos comigo". A declaração divina não admite atenuações: a terra não pertence aos israelitas, mas ao Senhor que os resgatou do Egito. Os seres humanos são descritos como estrangeiros (*gerim*) e peregrinos (*toshavim*) — termos técnicos que designam residentes sem direitos de propriedade plena, que habitam a terra por concessão graciosa do soberano. Esta autocompreensão de Israel como povo de hóspedes na terra de Deus relativiza radicalmente toda pretensão humana de posse absoluta e estabelece uma economia fundada na dádiva e na mordomia, não no direito natural de apropriação.

Deuteronômio 8:17-18 reforça este fundamento ao advertir Israel contra a ilusão da autossuficiência econômica: "E digas no teu coração: A minha força, e a fortaleza da minha mão, me adquiriu este poder. Antes te lembrarás do Senhor teu Deus, que ele é o que te dá força para adquirires riqueza". O texto reconhece a realidade da prosperidade material, mas desloca a atribuição de sua origem: não é o esforço humano autônomo que gera riqueza, mas o poder concedido por Deus. Trata-se de uma teologia da graça econômica que antecipa a teologia paulina da graça salvífica. A riqueza não é condenada em si mesma, mas sua origem é teologizada, e o rico é chamado a reconhecer-se como receptor de uma dádiva, não como artífice solitário de seu sucesso. Este reconhecimento tem implicações éticas profundas, pois deslegitima a autoglorificação do próspero e fundamenta o dever de generosidade para com o pobre.

O Salmo 24:1 condensa este princípio em uma fórmula de abrangência cósmica: "Do Senhor é a terra e a sua plenitude, o mundo e aqueles que nele habitam". A totalidade do espaço físico e a plenitude de seu conteúdo — recursos minerais, águas, fauna, flora — pertencem ao Criador. A humanidade não é proprietária, mas administradora delegada (Gn 1:28; 2:15). Esta visão configura o que se pode denominar uma "economia de mordomia" (stewardship economics), distinta tanto do capitalismo laissez-faire (que tende a absolutizar o direito de propriedade individual) quanto do coletivismo estatal (que transfere a propriedade ao Estado em lugar de reconhecê-la como divina). A titularidade divina da criação é o princípio arquitetônico que explica e unifica todas as demais leis econômicas do Pentateuco, desde o descanso sabático da terra até a devolução jubilar das propriedades.

2.2 A Terra como Herança: Propriedade e Redistribuição

A distribuição da terra entre as tribos e famílias de Israel, narrada em Josué 13–21, constitui o ato fundante da economia israelita na terra prometida. Cada família recebeu uma porção territorial denominada nachalah — "herança" ou "posseção" — que não constituía propriedade alienável no sentido moderno, mas um patrimônio familiar vinculado à aliança divina, a ser transmitido de geração em geração. A terra era o principal meio de produção na economia agropastoril de Israel, e sua distribuição equitativa inicial entre todos os clãs assegurava que cada família tivesse acesso aos recursos produtivos necessários à subsistência digna. Diferentemente das economias do Antigo Oriente Próximo — onde a terra tendia a concentrar-se nas mãos do palácio e do templo, gerando massas de camponeses endividados —, o modelo israelita buscava preservar uma relativa igualdade de condições econômicas no ponto de partida.

A instituição do go'el (resgatador ou remidor) operava como mecanismo de proteção desse patrimônio familiar (Lv 25:25). Quando um israelita empobrecia a ponto de necessitar vender sua terra, o parente mais próximo tinha o dever de adquiri-la para mantê-la no âmbito do clã. O go'el não era um investidor maximizando lucro, mas um redentor familiar cuja função social era preservar a integridade territorial do clã. O livro de Rute ilustra esta instituição na figura de Boaz, que resgata a propriedade de Elimeleque e contrai matrimônio levirato com Rute (Rt 4:1-12). O caso dramático da vinha de Nabote (1Rs 21) representa a antítese do sistema: o rei Acabe deseja adquirir a vinha de Nabote, e este recusa com palavras que ecoam a teologia fundiária do Pentateuco: "Guarde-me o Senhor de que eu te dê a herança de meus pais" (1Rs 21:3). Nabote não está sendo irredutível ou insubmisso; está sendo fiel à ordem econômica divina que proibia a alienação permanente da herança familiar.

O Ano do Jubileu (Lv 25:8-17) constituía o coroamento desse sistema de proteção fundiária ao decretar que, a cada cinquenta anos, toda terra retornasse aos seus proprietários originais, todas as dívidas fossem canceladas e todos os servos israelitas fossem libertados. Tratava-se de um reset econômico periódico que impedia a formação de latifúndios e a pauperização hereditária das famílias. A terra não podia ser vendida "em perpetuidade" (Lv 25:23), mas apenas cedida

temporariamente até o Jubileu, o que significa que o que se vendia não era a terra em si, mas o número de colheitas restantes até o ano da libertação (Lv 25:15-16). Esta precificação baseada no tempo restante até o Jubileu constitui um conceito econômico singular na história das civilizações antigas: o valor de um ativo produtivo não é absoluto, mas função do tempo que resta até a próxima redistribuição sistêmica.

2.3 O Ano Sabático e o Ano do Jubileu: O Coração do Sistema

O Ano Sabático (*shemitah*) e o Ano do Jubileu (*yovel*) formam o centro nevrálgico do ordenamento econômico veterotestamentário. O Ano Sabático, prescrito em Levítico 25:1-7 e articulado com Deuteronômio 15:1-2, estabelecia que a cada sétimo ano a terra deveria descansar — não seria semeada nem podada — e o que nela crescesse espontaneamente seria destinado à alimentação do proprietário, de seus servos, dos estrangeiros e até dos animais. Simultaneamente, Deuteronômio 15:1-2 ordenava a remissão (*shemitah*) de todas as dívidas entre israelitas: "Ao fim dos sete anos farás remissão. Este, pois, é o modo da remissão: todo o credor reemitirá o que emprestou ao seu próximo; não o exigirá do seu próximo ou do seu irmão, pois a remissão do Senhor é apregoada". O ciclo septenal combinava, portanto, ecologia e justiça social: o descanso da terra e o descanso do devedor eram duas faces de uma mesma moeda teológica — o reconhecimento de que Deus é o Senhor do tempo, da terra e da economia, e que a comunidade da aliança deve reproduzir em suas estruturas sociais a lógica da graça divina.

O Ano do Jubileu, descrito em Levítico 25:8-17, constituía a culminação de sete ciclos sabáticos ($7 \times 7 = 49$ anos), sendo o quinquagésimo ano declarado santo. Suas prescrições eram ainda mais radicais: "Santificareis o ano quinquagésimo e apregoareis liberdade na terra a todos os seus moradores; ano de jubileu vos será, e tornareis, cada um à sua possessão, e cada um à sua família" (Lv 25:10). Três liberdades fundamentais eram proclamadas: liberdade das pessoas (servos israelitas retornavam a suas famílias), liberdade da terra (propriedades retornavam a seus donos originais) e liberdade das dívidas (todas as obrigações financeiras eram canceladas). O Jubileu era, assim, um mecanismo anticíclico de redistribuição que impedia a acumulação intergeracional de riqueza e a perpetuação da pobreza. Cada geração recebia a oportunidade de recomeçar a vida econômica em condições de relativa igualdade, rompendo o ciclo vicioso que, nas economias antigas e modernas, condena os pobres e seus descendentes à pobreza estrutural.

A precificação baseada no número de colheitas restantes até o Jubileu (Lv 25:15-16) revela a sofisticação econômica deste arcabouço jurídico. O texto determina: "Conforme o número de anos desde o jubileu, comprarás ao teu próximo; conforme o número de anos das novidades, ele a venderá a ti. Quanto mais forem os anos, tanto mais aumentarás o preço; e quanto menos forem os anos, tanto mais diminuirás o preço; porque ele te vende o número das novidades". Este dispositivo estabelecia que o valor da terra — e por extensão, de todos os ativos produtivos — não era absoluto, mas função do tempo restante até a próxima libertação. O comprador não adquiria a propriedade em si, mas um usufruto temporário limitado pelo calendário sagrado.

Trata-se de um conceito econômico revolucionário que relativiza o valor presente dos ativos e incorpora a dimensão escatológica à economia: o futuro de Deus age retroativamente sobre o presente, limitando a especulação e a acumulação sem freios. Nenhum outro código legal do Antigo Oriente Próximo contém mecanismo similar de restauração econômica periódica.

Diante da objeção natural — como sobreviveriam os israelitas se a terra não fosse cultivada por dois anos consecutivos (o 49º ano sabático e o 50º ano jubilar)? —, o texto responde com uma promessa divina extraordinária (Lv 25:20-22): "Se disserdes: Que comeremos no ano sétimo? eis que não havemos de semear nem fazer a nossa colheita; Então eu mandarei a minha bênção sobre vós no sexto ano, para que dê fruto por três anos, e no oitavo ano semeareis, e comereis da colheita velha até ao ano nono; até que venha a nova colheita, comereis a velha". Deus promete uma colheita tripla no sexto ano, suficiente para sustentar o povo durante o sétimo ano sabático, o quinquagésimo ano jubilar e até a nova colheita no início do novo ciclo. Esta provisão sobrenatural é a contrapartida divina à obediência humana: a economia do Antigo Testamento não é autossustentável por cálculos meramente humanos, mas requer confiança na providência divina. O sistema exige fé, não apenas cálculo racional, e convida o povo da aliança a viver na dependência do Deus que provê.

O Jubileu funciona, portanto, como antídoto divino contra as duas patologias econômicas que afligem as sociedades humanas desde a antiguidade: a concentração excessiva de riqueza em poucas mãos e a exclusão permanente dos despossuídos. Sem mecanismos de redistribuição, as economias tendem inexoravelmente à desigualdade cumulativa: aqueles que possuem capital acumulam mais capital, enquanto aqueles que caem na pobreza têm reduzidas suas chances de ascensão social. O Jubileu interrompe ciclicamente este processo, restaurando o acesso aos meios de produção — a terra — a todas as famílias. A declaração "apregoareis liberdade na terra a todos os seus moradores" (Lv 25:10) ecoa como um manifesto contra a servidão econômica e um prenúncio da libertação messiânica que seria proclamada por Isaías 61:1-2 e, posteriormente, lida por Jesus na sinagoga de Nazaré (Lc 4:18-19). A economia do Reino, no Antigo Testamento, é uma economia de libertação.

2.4 A Remissão de Dívidas e a Libertação de Servos

Deuteronômio 15:1-11 estabelece uma das mais notáveis instituições de justiça econômica da antiguidade: a remissão completa de todas as dívidas entre israelitas a cada sete anos. O texto ordena que, no Ano da Remissão, "todo o credor remitirá o que emprestou ao seu próximo; não o exigirá do seu próximo ou do seu irmão" (Dt 15:2). Esta prescrição não era uma sugestão piedosa, mas um mandamento divino de força legal, cujo propósito era impedir a formação de um ciclo perpétuo de endividamento que transformasse membros da comunidade pactual em servos econômicos uns dos outros. As dívidas no Antigo Israel não eram majoritariamente comerciais, mas de subsistência: camponeses empobrecidos por más colheitas, doenças ou

tributações tomavam empréstimos para sobreviver, e, sem um mecanismo de remissão, o ciclo de endividamento poderia facilmente tornar-se uma espiral descendente de alienação de terras e servidão pessoal.

Notavelmente, o texto antecipa e adverte contra a tentação de negar empréstimo ao pobre quando a proximidade do ano da remissão tornava improvável o reembolso (Dt 15:7-10). O "olho maligno" — expressão hebraica para a avareza que se recusa a socorrer — é condenado como pecado: "Guarda-te, que não haja palavra perversa no teu coração, dizendo: Vai-se aproximando o sétimo ano, o ano da remissão; e que o teu olho seja maligno para com teu irmão pobre, e não lhe dê nada" (Dt 15:9). O credor é exortado a emprestar mesmo sabendo que talvez não receba de volta, pois a generosidade não é calculada pelo retorno provável, mas pela solidariedade para com o irmão necessitado. Ao mesmo tempo, o texto combina realismo social com imperativo ético na célebre declaração: "Pois nunca deixará de haver pobre na terra; pelo que te ordeno, dizendo: Livremente abrirás a tua mão para o teu irmão, para o teu necessitado e para o teu pobre na tua terra" (Dt 15:11). A presença persistente da pobreza não é desculpa para a inação, mas razão para a generosidade contínua e institucionalizada.

A legislação sobre a libertação de servos hebreus (Dt 15:12-18) complementa a lei de remissão de dívidas. Um israelita que se vendesse como escravo por dívidas deveria ser libertado no sétimo ano, e não de mãos vazias: "Não o despedirás vazio. Liberalmente o fornecerás do teu rebanho, e da tua eira, e do teu lagar; daquilo com que o Senhor teu Deus te tiver abençoado lhe darás" (Dt 15:13-14). A libertação vinha acompanhada de recursos materiais para que o ex-servo pudesse reiniciar sua vida econômica com dignidade — um embrião do que hoje se chamaria "capital semente" ou "fundo de reintegração social". Adicionalmente, Êxodo 22:25-27 proibia a cobrança de juros sobre empréstimos ao pobre israelita e determinava que, se um manto fosse tomado como penhor, deveria ser devolvido ao pôr do sol, pois servia de coberta noturna ao devedor. A lei protegia até mesmo a dignidade do devedor, limitando o que o credor poderia exigir como garantia e assegurando as condições mínimas de subsistência durante o período de endividamento.

2.5 O Sistema de Dízimos, Primícias e Ofertas

O sistema de dízimos no Antigo Testamento era uma instituição multifacetada que transcendia a mera contribuição religiosa, configurando um complexo mecanismo econômico de suporte ao culto, à festa comunitária e à assistência aos pobres. A prática do dízimo antecede a lei mosaica: Abraão entregou o dízimo dos despojos a Melquisedeque, sacerdote do Deus Altíssimo (Gn 14:20), e Jacó fez voto de dizimar tudo quanto Deus lhe concedesse (Gn 28:22). Na legislação mosaica, três modalidades de dízimo podem ser identificadas. O dízimo levítico (Nm 18:21-32) destinava-se à manutenção da tribo de Levi, que não recebera herança territorial e dependia

exclusivamente das contribuições das demais tribos para sua subsistência. Os levitas, por sua vez, deveriam dizimar sobre o que recebiam, ofertando o melhor ao Senhor (Nm 18:26-30), numa cadeia de generosidade que vinculava toda a comunidade.

O dízimo festivo (Dt 14:22-27) era consumido pelo próprio ofertante e sua família em celebração comunitária no santuário central, funcionando como instrumento de coesão social e de educação religiosa: "Para que aprendas a temer ao Senhor teu Deus todos os dias" (Dt 14:23). Este dízimo não era uma perda de recursos, mas uma reorientação de seu uso: em vez de consumir a produção em casa, a família a levava ao santuário para uma refeição festiva na presença de Deus. O terceiro dízimo, ou dízimo trienal dos pobres (Dt 14:28-29; 26:12-15), era recolhido a cada três anos e armazenado localmente para sustentar o levita, o estrangeiro, o órfão e a viúva — a téttrade clássica dos economicamente vulneráveis em Israel. Este mecanismo constituía um sistema organizado e periódico de assistência social, financiado comunitariamente, mas distribuído localmente, que garantia a subsistência dos que careciam de acesso direto aos meios de produção.

Malaquias 3:8-12 contém a mais contundente exortação profética sobre o dízimo, acusando Israel de roubar a Deus na retenção dos dízimos e ofertas: "Roubará o homem a Deus? Todavia vós me roubais e dizeis: Em que te roubamos? Nos dízimos e nas ofertas" (Ml 3:8). O profeta convida o povo a trazer todos os dízimos à casa do tesouro e a provar Deus nesta matéria, como promete: "fazei prova de mim nisto, diz o Senhor dos Exércitos, se eu não vos abrir as janelas do céu, e não derramar sobre vós uma bênção tal até que não haja lugar suficiente para a recolherdes" (Ml 3:10). As primícias (*bikkurim*), por sua vez, constituíam a oferta dos primeiros frutos da terra e do rebanho (Dt 26:1-11), acompanhada de uma confissão litúrgica que rememorava a peregrinação dos patriarcas e a libertação do Egito. Esta oferta expressava o reconhecimento de que toda produção provém de Deus e que o ofertante é mordomo, não proprietário último. A liturgia das primícias era ao mesmo tempo ato de gratidão, profissão de fé e antídoto contra o orgulho da autossuficiência econômica que Deuteronômio 8:17-18 já havia advertido.

2.6 Proteção ao Trabalhador e aos Vulneráveis

A legislação do Antigo Testamento dedica atenção notável à proteção dos economicamente vulneráveis, configurando o que se pode denominar uma "rede de segurança social" divinamente ordenada. Êxodo 22:21-24 estabelece um princípio basilar: "O estrangeiro não afligirás nem o oprimirás, pois estrangeiros fostes na terra do Egito. A nenhuma viúva nem órfão afligireis. Se de algum modo os afligires, e eles clamarem a mim, eu certamente ouvirei o seu clamor". Deus se apresenta como defensor direto dos desamparados; a ameaça de intervenção divina paira sobre aqueles que exploram os frágeis. Esta tríade — estrangeiro (*ger*), órfão (*yatom*) e viúva (*almanah*)

— reaparece dezenas de vezes no Pentateuco e nos Profetas como os grupos paradigmáticos dos desprovidos de proteção social, e a justiça de uma sociedade é medida precisamente pelo tratamento que lhes dispensa.

Deuteronômio 24:14-15 contém uma das mais antigas leis trabalhistas da história: "Não oprimirás o diarista pobre e necessitado de teus irmãos, ou de teus estrangeiros, que está na tua terra e nas tuas portas. No seu dia lhe pagarás a sua diária, e o sol não se porá sobre isso; porquanto pobre é, e sua vida depende disso". A prescrição do pagamento diário aos trabalhadores braçais, que viviam no limite da subsistência, revela uma preocupação concreta com as condições materiais de existência. O empregador que retinha o salário além do pôr do sol estava, na prática, ameaçando a capacidade do trabalhador de alimentar sua família naquela noite. A lei reconhece a assimetria de poder entre empregador e empregado e intervém em favor da parte mais fraca — um princípio de justiça que as legislações trabalhistas modernas só viriam a incorporar milênios depois.

As leis de respigadura (Lv 19:9-10; Dt 24:19-22) constituíam um sistema engenhoso de assistência social não estigmatizante. Os proprietários rurais eram proibidos de ceifar os cantos do campo, de recolher as espigas caídas durante a colheita e de visitar a vinha ou o olival para recolher frutos remanescentes; tudo o que ficasse para trás pertencia ao pobre, ao estrangeiro, ao órfão e à viúva. Diferentemente de programas assistenciais centralizados, a lei da respigadura preservava a dignidade do necessitado, que não recebia uma esmola passivamente, mas trabalhava recolhendo seu próprio sustento nos campos. O livro de Rute ilustra vividamente esta instituição, narrando como Rute, estrangeira moabita e viúva, encontrou sustento respigando nos campos de Boaz (Rt 2). A lei criava, assim, um sistema permanente de acesso a recursos para os economicamente marginalizados, integrando a assistência social à estrutura da produção agrícola.

A proteção se estendia inclusive aos animais de trabalho: "Não atarás a boca ao boi, quando trilhar" (Dt 25:4). Este mandamento, aparentemente menor, encerra um princípio ético de amplas implicações: até mesmo o animal que trabalha na produção de alimentos tem o direito de participar do fruto de seu trabalho. O apóstolo Paulo, em 1 Coríntios 9:9-10, interpreta este mandamento como princípio extensível aos trabalhadores humanos: "Porventura Deus cuida de bois? Ou não o diz certamente por nós?" Malaquias 3:5, de modo contundente, adverte que Deus se apresentará como testemunha veloz contra aqueles que "defraudam o salário do jornaleiro" e "pervertem o direito do estrangeiro". O repouso sabático, por fim, era universal e inclusivo: "o sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus; não farás nenhuma obra, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o teu estrangeiro, que está dentro das tuas portas" (Ex 20:10). O descanso era direito de todos, independentemente de status social ou econômico, e o empregador não podia negá-lo a seus subordinados.

2.7 A Proibição da Usura e a Ética nos Empréstimos

A legislação veterotestamentária contém uma proibição categórica da cobrança de juros sobre empréstimos concedidos a israelitas empobrecidos (Ex 22:25: "Se emprestares dinheiro ao meu povo, ao pobre que está contigo, não te haverás com ele como um usurário; não lhe imporeis usura"; Lv 25:35-38: "Não tomarás dele usura nem ganho"; Dt 23:19-20: "A teu irmão não emprestarás com usura"). A proibição não se estendia a estrangeiros (nochri) — o que diferenciava empréstimos comerciais internacionais de empréstimos de subsistência dentro da comunidade da aliança —, mas era absoluta quando se tratava de um israelita necessitado. O fundamento teológico desta proibição é explicitado em Levítico 25:38: "Eu sou o Senhor vosso Deus, que vos tirei da terra do Egito, para vos dar a terra de Canaã, para ser vosso Deus". O Deus que redimiu Israel da servidão exige que seu povo não reproduza, nas relações econômicas internas, a lógica de exploração que caracterizara a escravidão egípcia.

Ezequiel 18 cataloga a conduta econômica justa como marca distintiva do homem justo, mencionando especificamente, entre as virtudes, "não dando o seu dinheiro à usura, e não recebendo demais, desviando a sua mão da injustiça" (Ez 18:8-9), enquanto o ímpio é descrito como aquele que "emprestar com usura, e receber demais" (Ez 18:13). Em Ezequiel 18:17, a recusa em receber usura é novamente elencada como critério de justiça que preserva a vida do justo. A insistência do profeta neste ponto indica que a proibição da usura não era uma lei marginal ou obsoleta, mas um demarcador central da identidade ética de Israel. O propósito da proibição era impedir que o endividamento se convertesse em mecanismo de empobrecimento permanente: quando um camponês tomava um empréstimo para sobreviver a uma crise, a cobrança de juros apenas agravava sua situação, tornando o reembolso cada vez mais improvável e conduzindo eventualmente à perda da terra e à servidão por dívidas. A proibição da usura entre irmãos era, portanto, um instrumento de manutenção da solidariedade comunitária e de prevenção do ciclo de endividamento estrutural.

Este arcabouço ético sobre empréstimos contrasta radicalmente com as economias do Antigo Oriente Próximo, onde os empréstimos com juros elevados eram prática comum e frequentemente resultavam na escravização dos devedores inadimplentes e de suas famílias. O Código de Hamurabi, por exemplo, regulava as taxas de juros, mas não as proibia, e permitia a servidão por dívidas. A legislação israelita, ao proibir completamente o juro sobre empréstimos de subsistência, colocava a solidariedade fraternal acima do lucro financeiro, desafiando a lógica de maximização de ganhos que subjaz às economias antigas e modernas. A comunidade da aliança não podia tolerar que um irmão necessitado fosse tratado como oportunidade de negócio: a necessidade alheia não é um mercado a ser explorado, mas uma demanda ética a ser atendida com generosidade.

2.8 Pesos, Medidas e Ética Comercial

A integridade nas transações comerciais constitui um componente essencial da ética econômica do Antigo Testamento. Levítico 19:35-36 ordena de forma peremptória: "Não cometereis injustiça no juízo, nem na vara, nem no peso, nem na medida. Balanças justas, pesos justos, efa justo e justo him tereis". A combinação de juízo (*mishpat*) com pesos e medidas (*medidah*) indica que a honestidade comercial não é mera conveniência social, mas questão de justiça divina. Deus não é apenas o legislador do culto e da moral sexual, mas também do mercado; a balança do comerciante está sob o mesmo escrutínio divino que o altar do sacerdote. Deuteronômio 25:13-16 reforça esta exigência proibindo a posse de dois conjuntos de pesos — um grande para comprar, outro pequeno para vender — e declara: "Porque abominação é ao Senhor teu Deus todo aquele que faz isto, todo aquele que fizer injustiça".

A literatura sapiencial ecoa e amplifica este mandamento. Provérbios 11:1 afirma com concisão memorável: "Balança enganosa é abominação para o Senhor, mas o peso justo é o seu prazer". A mesma ideia é reiterada em Provérbios 20:10: "Dois pesos diferentes e duas espécies de medida são abominação ao Senhor, tanto um como outro", e novamente em 20:23. O termo "abominação" (*to'evah*) é um dos mais fortes do léxico hebraico para designar aquilo que Deus repudia, sendo aplicado à idolatria, ao sacrifício de crianças e à injustiça econômica com a mesma intensidade. Os profetas, por sua vez, denunciaram vigorosamente a fraude comercial como violação da aliança. Amós 8:4-6 descreve comerciantes impacientes pelo fim do sábado e da lua nova para "diminuir o efa, aumentar o siclo e falsear as balanças enganosas; para comprar os pobres por dinheiro e os necessitados por um par de sandálias". Ezequiel 45:9-12 convoca os príncipes de Israel a cessar a violência e a opressão e a usar pesos e medidas justos. Em todos estes textos, a ética comercial não é um apêndice da fé, mas parte constitutiva da fidelidade à aliança: a relação com Deus é indissociável da honestidade no mercado.

2.9 A Sabedoria Econômica de Provérbios

O livro de Provérbios oferece uma rica tecelagem de observações sobre a vida econômica, articulando uma sabedoria prática que, sem revogar as leis culturais e sociais do Pentateuco, as complementa com reflexões sobre a conduta individual no âmbito do trabalho, da riqueza e da generosidade. O tema da diligência como caminho para a prosperidade e da preguiça como rota para a ruína percorre toda a obra: "a mão dos diligentes enriquece" (Pv 10:4); "A alma do preguiçoso deseja, e coisa nenhuma alcança, mas a alma dos diligentes se farta" (Pv 13:4). A conhecida exortação ao preguiçoso para observar a formiga (Pv 6:6-11) ridiculariza a indolência que conduz à pobreza: "Um pouco a dormir, um pouco a tosquenejar, um pouco a repousar de braços cruzados, assim sobrevirá a tua pobreza como o meliante, e a tua necessidade como um homem armado" (Pv 6:10-11). Esta ênfase na diligência, contudo, é contrabalançada por advertências contra a busca desenfreada por riquezas e pelo reconhecimento de que a prosperidade obtida honestamente procede, em última análise, da bênção divina: "A bênção do Senhor é que enriquece, e não traz consigo dores" (Pv 10:22).

A generosidade para com o pobre é apresentada como virtude que redundará em bênção para o próprio generoso, enquanto a avareza conduz ao empobrecimento: "Ao que distribui mais se lhe acrescenta, e ao que retém mais do que é justo, é para a sua perda. A alma generosa prosperará, e aquele que atende também será atendido" (Pv 11:24-25). Provérbios 19:17 formula este princípio de modo ainda mais contundente: "Ao Senhor empresta o que se compadece do pobre, ele lhe pagará o seu benefício". O ato de dar ao pobre é transmutado em empréstimo ao próprio Deus, que Se constitui devedor do generoso — uma inversão teológica radical da lógica econômica convencional. Ao mesmo tempo, o sábio adverte contra os perigos da riqueza mal-adquirida: "A riqueza de procedência vã diminuirá, mas quem a ajunta com o próprio trabalho a aumentará" (Pv 13:11); "O homem fiel será coberto de bênçãos, mas o que se apressa a enriquecer não ficará impune" (Pv 28:20). A busca da riqueza rápida é denunciada como ilusória e perigosa: "O que quer enriquecer depressa é homem de olho maligno, porém não sabe que a pobreza há de vir sobre ele" (Pv 28:22).

Provérbios também adverte com notável ênfase contra o ato de servir como fiador de dívidas alheias: "Filho meu, se ficaste por fiador do teu companheiro, se deste a tua mão ao estranho, e te deixaste enredar pelas próprias palavras, e te prendeste nas palavras da tua boca" (Pv 6:1-2), e exorta o fiador a livrar-se urgentemente desse compromisso (Pv 6:3-5). A advertência é reiterada em Provérbios 11:15 e 22:26-27, refletindo a sabedoria de que a fiança pode conduzir à perda do próprio sustento. Por fim, a oração de Agur em Provérbios 30:8-9 oferece uma síntese equilibrada da ética econômica sapiencial: "Não me dês nem a pobreza nem a riqueza; mantém-me do pão da minha porção de costume; para que, porventura, estando farto não te negue, e venha a dizer: Quem é o Senhor?; ou que, empobrecendo, não venha a furtar e tome o nome de Deus em vão". A condição intermediária é valorizada como a mais segura para a fidelidade espiritual: a riqueza excessiva pode conduzir à arrogância autossuficiente; a pobreza extrema, ao desespero que transgride a lei. Esta sabedoria subverte tanto o ideal de acumulação ilimitada quanto a romantização da miséria, apontando para uma moderação econômica que protege a relação com Deus.

2.10 Bênçãos e Maldições: A Economia da Aliança

O Antigo Testamento vincula de modo indissociável a prosperidade econômica de Israel à sua fidelidade à aliança com Deus, mas é crucial compreender que esta relação não constitui um "evangelho da prosperidade" *avant la lettre*. Trata-se de uma teologia da aliança na qual a bênção material e a maldição econômica funcionam como sanções coletivas condicionadas à obediência ou desobediência nacional aos termos do pacto. Deuteronômio 28:1-14 promete que, se Israel ouvir a voz do Senhor e guardar Seus mandamentos, será abençoado nos campos, nos rebanhos, nos celeiros e em todo trabalho de suas mãos, e "emprestarás a muitas nações, porém tu não

tomarás emprestado" (Dt 28:12). Inversamente, a desobediência trará maldições catastróficas: colheitas devoradas, filhos e rebanhos dizimados, cerco militar com fome extrema, endividamento internacional e retorno simbólico ao Egito (Dt 28:15-68).

Levítico 26:3-5 formula o mesmo princípio em modo positivo, vinculando a observância dos estatutos divinos a chuvas sazonais, colheitas abundantes e segurança alimentar: "a terra dará a sua colheita, e a árvore do campo dará o seu fruto; e a debulha se vos chegará à vindima, e a vindima se chegará à sementeira; e comereis o vosso pão a fartar, e habitareis seguros na vossa terra" (Lv 26:4-5). A imagem de uma colheita tão abundante que se sobrepõe à estação seguinte transmite a ideia de prosperidade transbordante como resultado da fidelidade à aliança. O profeta Oseias, por sua vez, descreve o nexó entre decadência moral e colapso ecológico-econômico com imagens pungentes: "Ouvi a palavra do Senhor, vós filhos de Israel, porque o Senhor tem uma contenda com os habitantes da terra; porque na terra não há verdade, nem benignidade, nem conhecimento de Deus... Por isso a terra se lamentará, e qualquer que morar nela desfalecerá, com os animais do campo e com as aves do céu; e até os peixes do mar serão tirados" (Os 4:1-3). O profeta estabelece uma cadeia causal teológica: a ausência de fidelidade humana leva ao desequilíbrio ecológico, que por sua vez arrasta a economia a um colapso sistêmico — intuição que a crise ambiental contemporânea confirma de modo impressionante.

Os profetas clássicos do século VIII a.C. — Amós, Isaías, Miqueias — desenvolveram uma crítica corrosiva à elite econômica de Israel e Judá, denunciando a opulência construída sobre a exploração dos pobres como violação da aliança. Amós fulmina as mulheres ricas de Samaria como "vacas de Basã, que estais no monte de Samaria, que oprimis aos pobres, que esmagais os necessitados" (Am 4:1) e denuncia aqueles "que dormem em camas de marfim, e se estendem sobre os seus leitos, e comem os cordeiros do rebanho, e os bezerros do meio do curral... mas não se afligem pela ruína de José" (Am 6:4-6). Isaías 5:8 pronuncia um "ai" sobre aqueles "que ajuntam casa a casa, reúnem campo a campo, até que não haja mais lugar" — uma crítica direta ao latifúndio e à expropriação fundiária dos pequenos camponeses. Miqueias 2:1-2 denuncia os que "cobiçam campos, e roubam-nos, cobiçam casas, e arrebatam-nas; assim fazem violência a um homem e à sua casa, a uma pessoa e à sua herança". Em todos esses casos, a injustiça econômica não é um pecado menor ou periférico, mas a própria essência da infidelidade à aliança que atrai o juízo divino sobre a nação. A economia da aliança é, portanto, uma economia de responsabilidade moral coletiva, na qual o destino econômico do povo está organicamente ligado à sua integridade ética e espiritual.

2.11 Lições para a Economia Contemporânea

O modelo econômico do Antigo Testamento não pode ser transposto diretamente para as sociedades contemporâneas como um programa político aplicável; seria anacrônico e hermeneuticamente ingênuo pretender replicar as instituições de uma sociedade agropastoril do Antigo Oriente Próximo em economias industrializadas e pós-industriais do século XXI. No

entanto, os princípios subjacentes a essas instituições conservam extraordinária relevância como paradigma ético e como interpelação profética aos sistemas econômicos vigentes. A economia veterotestamentária representa uma "terceira via" que escapa às categorias binárias do debate moderno: não é capitalismo laissez-faire, pois o direito de propriedade é radicalmente relativizado pela soberania divina e pelo Jubileu redistribuidor; tampouco é coletivismo estatal, pois a propriedade privada familiar é afirmada e protegida como fundamento da dignidade e da liberdade pessoal. Trata-se de um modelo singular que afirma simultaneamente a propriedade privada e sua limitação ética, o mercado e sua regulação moral, a iniciativa individual e a responsabilidade comunitária.

Uma das lições mais contundentes do Antigo Testamento para a economia contemporânea é a existência de mecanismos institucionais embutidos no próprio sistema econômico para prevenir a desigualdade estrutural. As economias modernas carecem de equivalentes funcionais ao Ano Sabático e ao Jubileu: elas permitem — e frequentemente incentivam — a acumulação ilimitada de riqueza e a concentração de propriedade, ao mesmo tempo em que não dispõem de mecanismos periódicos de restauração da equidade. Os pobres podem receber assistência social paliativa, mas raramente têm acesso a uma reestruturação de suas condições econômicas que lhes permita romper o ciclo intergeracional de pobreza. As leis do Antigo Testamento atacavam a raiz do problema: o acesso aos recursos produtivos (a terra), a prevenção do endividamento perpétuo (a remissão de dívidas e a proibição da usura) e a garantia de condições dignas de trabalho e subsistência. Em uma época de desigualdade econômica crescente em escala global, com uma parcela ínfima da população mundial detendo a maior parte da riqueza, o clamor dos profetas contra a acumulação desmedida e a indiferença diante dos pobres adquire renovada urgência.

A dignidade do trabalho e do trabalhador constitui outro princípio veterotestamentário que contrasta com práticas contemporâneas de exploração laboral. O pagamento pontual do salário, o descanso sabático universal e inclusivo, e a participação do trabalhador nos frutos de seu labor (Dt 25:4) revelam uma visão do trabalho não como mercadoria ou fator de produção a ser otimizado, mas como atividade humana digna e intrinsecamente vinculada à imagem de Deus no ser humano. A responsabilidade comunitária pelos pobres é elevada ao status de obrigação moral e legal (Dt 15:11), não de opção caritativa voluntária que tranquiliza a consciência do rico sem transformar as estruturas que geram pobreza. O sistema de respigadura, em particular, oferece um modelo de assistência social que preserva a dignidade do necessitado ao fazê-lo participante ativo do processo econômico, e não receptor passivo de donativos — princípio que inspirou iniciativas contemporâneas de economia solidária e de bancos de alimentos baseados em parcerias com produtores rurais.

Finalmente, o arcabouço veterotestamentário fornece um fundamento ético robusto para todas as transações econômicas. A honestidade nos pesos e medidas, a proibição da fraude comercial, a condenação profética da exploração dos pobres e a insistência sapiencial na moderação e no

contentamento (Pv 30:8-9) configuram uma ética econômica integral que abrange desde a conduta individual no pequeno comércio até a crítica estrutural dos sistemas de opressão. O Antigo Testamento não separa o "econômico" do "ético" ou do "teológico": a maneira como uma sociedade produz, distribui e consome seus recursos é parte integral de sua resposta à aliança com Deus. As leis econômicas de Israel não eram um conjunto de técnicas neutras de gestão social, mas mandamentos divinos cuja observância ou desobediência determinava bênção ou maldição sobre toda a nação. Para a igreja contemporânea, este arcabouço permanece como referência normativa que desafia a compartimentalização moderna entre fé e economia e convoca os cristãos a serem agentes de justiça econômica como dimensão intrínseca do discipulado. O modelo veterotestamentário é, antes de tudo, um paradigma que aponta para os valores do Reino de Deus, cuja concretização plena aguarda a consumação escatológica, mas cujos princípios podem e devem informar a ética econômica da comunidade cristã no presente século.

Conclusão

A análise dos princípios econômicos do Antigo Testamento revela uma visão coerente e teologicamente fundamentada da vida econômica, cujo eixo central é a tríade: propriedade absoluta de Deus, mordomia humana responsável e solidariedade comunitária institucionalizada. Longe de constituir um conjunto assistemático de prescrições avulsas, as leis econômicas da Torá configuram um verdadeiro sistema, no qual cada instituição — o Ano Sabático, o Jubileu, a remissão de dívidas, os dízimos, as primícias, a respigadura, a proteção do trabalhador e a proibição da usura — desempenha uma função específica na manutenção do equilíbrio social e na prevenção da desigualdade estrutural. O princípio fundante de que "a terra é minha" (Lv 25:23) funciona como a chave hermenêutica que unifica e explica todo o edifício: porque Deus é o proprietário último, a acumulação humana sem limites é ilegítima; porque os seres humanos são mordomos, devem administrar os recursos com justiça e generosidade; porque a comunidade é povo da aliança, deve assegurar que nenhum de seus membros seja privado permanentemente dos meios de subsistência digna.

O sistema jubilar-sabático de remissão de dívidas e restauração fundiária se destaca como a contribuição mais original e radical do Antigo Testamento ao pensamento econômico universal. Este sistema foi concebido para romper ciclicamente os processos de concentração de riqueza e de pauperização que, deixados a si mesmos, tendem a corroer a coesão de qualquer sociedade. O Jubileu não era uma utopia irrealizável ou uma mera aspiração piedosa, mas um mandamento divino institucionalizado, cujo descumprimento constituía violação da aliança e atraía o juízo divino. As leis econômicas de Israel abordam as causas estruturais da pobreza — alienação dos recursos produtivos (a terra), servidão por dívidas e exploração dos trabalhadores — e não apenas seus sintomas. Ao decretar a restituição periódica da terra às famílias originais, a

libertação dos servos e o cancelamento das dívidas, o sistema do Antigo Testamento oferecia a cada geração a possibilidade concreta de recomeçar a vida econômica em condições de dignidade e relativa igualdade.

Para a igreja cristã contemporânea, as implicações deste estudo são profundas e desafiadoras. Em primeiro lugar, a ética econômica do Antigo Testamento não foi revogada pelo Novo Testamento, mas transformada e radicalizada pela ética do Reino proclamada por Jesus, que em sua pregação inaugural na sinagoga de Nazaré aplicou a si mesmo as palavras de Isaías 61:1-2 — texto profundamente enraizado na teologia do Jubileu — declarando que viera para "pregar liberdade aos cativos... a pôr em liberdade os oprimidos" (Lc 4:18-19). O jubileu escatológico inaugurado por Cristo não aboliu a responsabilidade ética da igreja em relação aos pobres e oprimidos; antes, a intensificou, na medida em que a comunidade dos discípulos do Reino é chamada a ser amostra e antecipação da nova criação, na qual não haverá pobre nem opressão. Em segundo lugar, a igreja deve resistir à tentação de espiritualizar os mandamentos econômicos do Antigo Testamento, reduzindo-os a metáforas de realidades puramente espirituais. O Deus que ordenou o pagamento pontual do salário do jornaleiro e a devolução do manto do pobre ao pôr do sol não é indiferente às condições materiais de existência. A salvação bíblica é integral e abrange a totalidade da vida humana, incluindo sua dimensão econômica.

Em síntese, a economia do Antigo Testamento, adequadamente compreendida em seu contexto canônico e à luz de seu cumprimento em Cristo, oferece à igreja contemporânea um rico manancial de princípios éticos para a reflexão e a ação no campo econômico. A soberania de Deus sobre a criação, a mordomia humana responsável, a prioridade da solidariedade sobre o lucro, a proteção dos vulneráveis como imperativo de justiça e não de mera caridade, o limite à acumulação de riqueza, a ética nas transações comerciais e a periodicidade da restauração econômica são valores que transcendem as circunstâncias históricas do antigo Israel e permanecem como referência normativa para todos os que desejam viver como comunidade do Reino em tempos de desigualdade crescente e de idolatria do mercado. Como afirmou o salmista, "do Senhor é a terra e a sua plenitude" (Sl 24:1); e como proclamou o jubileu levítico, "apregoareis liberdade na terra a todos os seus moradores" (Lv 25:10). Cabe à igreja, como povo da nova aliança, viver e anunciar esta liberdade que abrange corpo e alma, matéria e espírito, economia e culto — até que venha o Reino em sua plenitude.

Referências

BÍBLIA. A.T. Antigo Testamento. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Amós. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Deuteronômio. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Êxodo. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Ezequiel. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Gênesis. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Isaías. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Josué. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Levítico. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Malaquias. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Miqueias. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Números. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Oseias. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Provérbios. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Salmos. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. 1 Reis. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Rute. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

A Economia do Reino: Princípios Econômicos no Novo Testamento

Graça & Verdade · 25 de junho de 2026 · 29 min de leitura

Este artigo examina os princípios econômicos presentes no Novo Testamento, com ênfase no ensino de Jesus Cristo e na prática da igreja primitiva. A partir das parábolas econômicas de Jesus e dos ensinamentos apostólicos, são analisados os fundamentos da mordomia cristã.

O Novo Testamento não se apresenta como um tratado sistemático de economia, mas é impossível lê-lo com atenção sem perceber que os temas econômicos o permeiam do início ao fim. Jesus Cristo falou mais sobre dinheiro, riqueza e pobreza do que sobre o céu e o inferno combinados: aproximadamente uma em cada seis palavras registradas nos Evangelhos trata desses assuntos. Das trinta e nove parábolas narradas por Jesus, onze abordam diretamente questões econômicas — a administração de bens, a recompensa pelo trabalho, a relação entre riqueza e salvação. O dinheiro, longe de ser um tema secundário, ocupa o centro do ensino ético do Mestre.

A proclamação do Reino de Deus feita por Jesus carrega implicações econômicas profundas e revolucionárias. Quando o Senhor anuncia na sinagoga de Nazaré que foi ungido para "evangelizar os pobres" e "pregar liberdade aos cativos" (Lucas 4:18-19), Ele ecoa deliberadamente a linguagem do ano do jubileu de Levítico 25, conectando a nova economia do Reino à antiga tradição da Torá. O Reino que Jesus inaugura não é meramente uma realidade espiritual desencarnada: ele afeta a relação do ser humano com seus bens materiais, reconfigura as prioridades e estabelece uma nova hierarquia de valores na qual o acúmulo de riquezas cede lugar à generosidade e ao cuidado com os pobres.

A igreja primitiva, por sua vez, não apenas ouviu esses ensinamentos — ela os praticou de forma radical. O livro de Atos dos Apóstolos registra que os primeiros crentes "tinham tudo em comum" (Atos 2:44), vendiam propriedades e distribuíam os recursos conforme a necessidade de cada um, de modo que "não havia, pois, entre eles necessitado algum" (Atos 4:34). Embora essa comunidade de bens não tenha sido uma imposição normativa para todas as igrejas em todos os tempos, ela demonstra o ethos econômico do Reino em sua expressão mais intensa. Este artigo propõe-se a examinar, exclusivamente com base nos escritos do Novo Testamento, os princípios que regem a economia do Reino de Deus: o ensino de Jesus sobre as riquezas, as parábolas econômicas, a prática comunitária da igreja nascente, a teologia paulina da generosidade, a ética do trabalho, o contentamento cristão e a denúncia profética contra a opressão econômica.

A Economia do Reino no Novo Testamento

2.1 Jesus e as Riquezas no Sermão do Monte

O Sermão do Monte (Mateus 5–7) constitui a magna carta do Reino de Deus e contém alguns dos pronunciamentos mais radicais de Jesus acerca da relação do discípulo com os bens materiais. Em Mateus 6:19-21, o Senhor ordena: "Não ajunteis tesouros na terra, onde a traça e a ferrugem tudo consomem, e onde os ladrões minam e roubam; mas ajuntai tesouros no céu, onde nem a traça nem a ferrugem consomem, e onde os ladrões não minam nem roubam". A justificativa apresentada por Jesus é de natureza profundamente existencial: "Porque onde estiver o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração" (Mateus 6:21). A riqueza terrestre é descrita como intrinsecamente perecível e vulnerável — sujeita à deterioração natural e à ação humana — enquanto o tesouro celestial é incorruptível e seguro. Mas o ponto central não é meramente pragmático; é teológico e antropológico: os bens que uma pessoa acumula revelam e determinam a orientação fundamental do seu coração.

Jesus aprofunda ainda mais essa ruptura com a lógica econômica convencional ao declarar: "Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de odiar um e amar o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e a Mamom" (Mateus 6:24). O termo aramaico "Mamom" (transliterado para o grego como *mamōnas*) designa não apenas o dinheiro em si, mas a personificação da riqueza como um poder espiritual que disputa com Deus a lealdade do coração humano. Jesus não diz que é difícil ou inconveniente servir a Deus e ao dinheiro; Ele afirma que é impossível. Trata-se de uma incompatibilidade absoluta e excludente. A escolha entre Deus e Mamom não admite meio-termo, conciliação ou diplomacia: ou Deus ocupa o trono da vida, ou a riqueza assume esse lugar.

Na sequência imediata, o Mestre aborda o tema da ansiedade econômica (Mateus 6:25-34) com argumentos tirados da observação da natureza. "Não andeis cuidadosos quanto à vossa vida, pelo que haveis de comer ou pelo que haveis de beber; nem quanto ao vosso corpo, pelo que haveis de vestir" (Mateus 6:25). Jesus aponta para as aves do céu, que não semeiam nem colhem, e para os lírios do campo, que não trabalham nem fiam, e contudo são alimentados e vestidos por Deus. A ansiedade pelas necessidades materiais é apresentada como uma característica dos "gentios" — isto é, daqueles que não conhecem a Deus como Pai providente. Para os discípulos do Reino, a prioridade deve ser invertida: "Mas, buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas" (Mateus 6:33). A economia do Reino não se baseia na acumulação preventiva movida pelo medo da escassez, mas na confiança filial na provisão diária do Pai celestial.

2.2 As Parábolas Econômicas de Jesus

Jesus foi um mestre sem igual no uso de parábolas, e uma proporção notável dessas narrativas tem conteúdo explicitamente econômico. A parábola do rico insensato (Lucas 12:13-21) é provocada por um pedido aparentemente razoável: "Mestre, dize a meu irmão que reparta comigo a herança" (Lucas 12:13). Jesus se recusa a atuar como árbitro de disputas financeiras e, em vez disso, expõe a raiz do problema: "Acautelai-vos e guardai-vos da avareza; porque a vida de qualquer não consiste na abundância do que possui" (Lucas 12:15). A parábola narra a história de um proprietário rural que, tendo obtido uma colheita extraordinariamente abundante, decide demolir seus celeiros para construir outros maiores, onde armazenar seus bens e, então, entregar-se ao descanso e ao prazer. O diagnóstico divino é fulminante: "Louco, esta noite te pedirão a tua alma; e o que tens preparado para quem será?" (Lucas 12:20). A sentença final — "Assim é aquele que para si ajunta tesouros, e não é rico para com Deus" (Lucas 12:21) — estabelece um contraste entre duas formas de riqueza: a que se acumula para si e a que se acumula "para com Deus", presumivelmente por meio da generosidade e da partilha.

A parábola do administrador infiel (Lucas 16:1-13) é reconhecidamente uma das mais desafiadoras de interpretar, pois Jesus parece elogiar a astúcia de um administrador acusado de desperdiçar os bens do seu senhor. Descoberto e prestes a ser demitido, o administrador convoca os devedores do seu patrão e reduz drasticamente suas dívidas, não por generosidade, mas para garantir abrigo e favores futuros. A conclusão de Jesus é surpreendente: "E eu vos digo: Granjeai amigos com as riquezas da injustiça; para que, quando estas vos faltarem, vos recebam eles nos tabernáculos eternos" (Lucas 16:9). O "dinheiro da injustiça" (mamōnas tēs adikias) refere-se aos bens materiais deste mundo, que estão contaminados por sistemas econômicos injustos. Jesus não santifica o dinheiro nem o demoniza; Ele o reinterpreta como instrumento que, usado com sabedoria e generosidade, pode produzir frutos eternos.

A parábola do rico e Lázaro (Lucas 16:19-31) é a mais dramática representação neotestamentária da inversão escatológica de fortunas. O rico anônimo — tradicionalmente chamado de "Dives" pela tradição latina — veste-se de púrpura e linho finíssimo e banqueteia-se esplendidamente todos os dias, enquanto Lázaro, um mendigo coberto de chagas, jaz à sua porta, desejando alimentar-se das migalhas que caíam da mesa. Ambos morrem, e a situação se inverte radicalmente: Lázaro é levado ao "seio de Abraão", enquanto o rico se encontra em tormentos no Hades. A parábola não condena o rico por atos explícitos de opressão, mas por sua indiferença diante do sofrimento que estava literalmente à sua porta. O abismo intransponível que os separa na eternidade (Lucas 16:26) é a consequência do abismo que o rico já havia cavado em vida entre si mesmo e o pobre.

Na parábola dos talentos (Mateus 25:14-30), um senhor entrega a três servos quantias diferentes de dinheiro — cinco, dois e um talentos, respectivamente — antes de partir em viagem. Os dois primeiros servos negociam com os recursos recebidos e duplicam o capital, sendo elogiados como "bons e fiéis" e recompensados com maior responsabilidade. O terceiro servo, movido pelo medo, enterra o talento recebido e o devolve intacto, apresentando uma justificativa que revela

sua visão distorcida do caráter do senhor. O senhor o condena como "mau e negligente" (Mateus 25:26) e ordena que o talento lhe seja tirado. A parábola ensina que os recursos confiados por Deus — sejam financeiros, intelectuais ou espirituais — são uma responsabilidade (stewardship) pela qual cada pessoa prestará contas. A questão não é a quantidade recebida, mas a fidelidade na administração.

A parábola dos trabalhadores da vinha (Mateus 20:1-16) desafia frontalmente a lógica econômica baseada no mérito proporcional. O proprietário contrata trabalhadores em diferentes horas do dia — desde a primeira hora da manhã até a undécima, quase ao final da jornada — e ao final do dia paga exatamente o mesmo valor a todos: um denário, que era o salário diário de um trabalhador. Os que trabalharam mais horas protestam, considerando a igualdade de pagamento uma injustiça. A resposta do proprietário é desconcertante: "Não me é lícito fazer o que quiser do que é meu? Ou é mau o teu olho porque eu sou bom?" (Mateus 20:15). A parábola revela que a economia do Reino não opera segundo a lógica do mérito estrito, mas segundo a lógica da graça generosa de Deus, que transcende os critérios humanos de merecimento.

2.3 O Encontro com o Jovem Rico

O episódio do jovem rico, registrado nos três Evangelhos sinóticos (Mateus 19:16-30; Marcos 10:17-31; Lucas 18:18-30), é um dos momentos mais reveladores do ensino de Jesus sobre a relação entre riqueza e discipulado. Um jovem abastado e aparentemente piedoso aproxima-se de Jesus com uma pergunta fundamental: "Mestre, que bem farei para conseguir a vida eterna?" (Mateus 19:16). Após mencionar a observância dos mandamentos, Jesus lança o desafio que penetra o coração do jovem: "Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens e dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu; e vem, e segue-me" (Mateus 19:21). O verbo "vai" e os imperativos subsequentes revelam que Jesus não está propondo um conselho opcional, mas uma exigência concreta que toca diretamente o ídolo que ocupava o lugar de Deus no coração do jovem.

A reação do jovem é narrada com economia de palavras, mas com densidade emocional: "E o jovem, ouvindo esta palavra, retirou-se triste, porque possuía muitas propriedades" (Mateus 19:22). Sua tristeza não é fruto de incompreensão, mas de uma dolorosa lucidez: ele entendeu perfeitamente o que Jesus estava pedindo e reconheceu que era incapaz de obedecer. O comentário de Jesus que se segue — "É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus" (Mateus 19:24) — provocou espanto entre os discípulos, que exclamaram: "Quem poderá pois salvar-se?" (Mateus 19:25). A resposta de Jesus é teologicamente decisiva: "Aos homens é isso impossível, mas a Deus tudo é possível" (Mateus 19:26). A salvação, inclusive a salvação dos ricos, é uma obra da graça soberana de Deus, e não da capacidade humana de desprendimento. Pedro, representando os discípulos, lembra a Jesus: "Eis que nós deixamos tudo, e te seguimos" (Mateus 19:27), ao que o Senhor responde com a

promessa do cêntuplo e da vida eterna (Mateus 19:29). O episódio ensina que o discipulado pode exigir o sacrifício radical dos bens materiais, mas que esse sacrifício, longe de ser uma perda, é um investimento com retorno garantido no Reino vindouro.

2.4 A Comunidade de Bens na Igreja Primitiva

O livro de Atos dos Apóstolos descreve, em dois sumários notáveis, a prática econômica da comunidade cristã nascente em Jerusalém. O primeiro sumário (Atos 2:42-47) relata que os crentes "perseveravam na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão, e nas orações", acrescentando que "todos os que criam estavam juntos, e tinham tudo em comum. E vendiam suas propriedades e bens, e repartiam com todos, segundo cada um havia de mister" (Atos 2:44-45). O segundo sumário (Atos 4:32-37) aprofunda ainda mais essa descrição: "era um o coração e a alma da multidão dos que criam, e ninguém dizia que coisa alguma do que possuía era sua própria, mas todas as coisas lhes eram comuns" (Atos 4:32). Esta não era uma imposição institucional ou um sistema econômico obrigatório; era a expressão espontânea de uma unidade espiritual profunda que se manifestava na esfera material.

O resultado dessa prática de partilha radical é apresentado como uma evidência concreta da presença do Reino: "Não havia, pois, entre eles necessitado algum" (Atos 4:34). Esta declaração ecoa deliberadamente a promessa de Deuteronômio 15:4, mas Lucas mostra que aquilo que a Israel do Antigo Testamento não conseguiu alcançar plenamente, a comunidade messiânica realizou — ainda que de forma localizada e temporária — pelo poder do Espírito Santo. José, um levita de Chipre a quem os apóstolos chamaram Barnabé ("filho da consolação"), é apresentado como exemplo paradigmático: "Possuindo uma herdade, vendeu-a, e trouxe o preço, e o depositou aos pés dos apóstolos" (Atos 4:36-37). Sua generosidade contrasta dramaticamente com o episódio seguinte.

O caso de Ananias e Safira (Atos 5:1-11) funciona como contraponto solene à narrativa de generosidade. O casal vendeu uma propriedade e reteve parte do valor, mas apresentou o restante como se fosse a totalidade, mentindo ao Espírito Santo. O pecado não foi reter parte do dinheiro — Pedro deixa isso claro: "Guardando-a não ficava para ti? E, vendida, não estava em teu poder?" (Atos 5:4). O pecado foi a hipocrisia, a tentativa de obter o prestígio da generosidade radical sem pagar o seu preço. Ambos caíram mortos diante da comunidade, e "houve um grande temor em toda a igreja" (Atos 5:11). O episódio demonstra que, na economia do Reino, a integridade é mais importante do que a quantia doada, e que Deus leva a sério a sinceridade do coração nas questões financeiras. A propriedade privada era reconhecida, mas o direito de propriedade era relativizado pela responsabilidade para com a comunidade: "não era seu", no sentido de que os bens deviam estar disponíveis para suprir as necessidades dos irmãos.

É importante ressaltar que essa comunidade de bens não foi um experimento econômico fracassado, como alguns interpretam, nem um modelo normativo imposto a todas as igrejas do Novo Testamento. As igrejas fundadas por Paulo não praticavam a comunidade de bens nos mesmos moldes, mas desenvolveram outros mecanismos de solidariedade econômica, como a coleta para os santos pobres. A comunidade de Jerusalém representa o ideal do Reino em sua expressão mais intensa e escatológica: uma sociedade alternativa onde o amor ao próximo se traduzia em disposição de abrir mão da propriedade privada em favor da necessidade do irmão.

2.5 Paulo e a Coleta para os Santos Pobres

Entre as expressões mais concretas da economia do Reino no ministério paulino está a grande coleta para os santos pobres de Jerusalém, um projeto que ocupou vários anos do apóstolo e é mencionado em Romanos 15:25-27, 1 Coríntios 16:1-4 e, de forma mais elaborada, em 2 Coríntios 8 e 9. Esta coleta tinha um triplo significado: econômico (suprir a necessidade material dos irmãos da Judeia que sofriam com a fome), eclesiástico (expressar a unidade entre cristãos judeus e gentios) e teológico (demonstrar que a fé em Cristo produz frutos concretos de generosidade). Paulo não apela para uma lei ou mandamento, mas apresenta a generosidade como fruto da graça e como resposta ao exemplo supremo de Cristo.

O apóstolo exorta os coríntios tomando como modelo os macedônios, que, mesmo em meio à "profunda pobreza", manifestaram "riquezas da sua generosidade" (2 Coríntios 8:2). O paradoxo é intencionalmente chocante: como pode a pobreza profunda produzir riquezas de generosidade? Paulo explica que eles "a si mesmos se deram primeiramente ao Senhor, e depois a nós, pela vontade de Deus" (2 Coríntios 8:5). A generosidade cristã não começa com cálculos financeiros, mas com a consagração pessoal a Deus. Uma vez que a pessoa se entregou ao Senhor, seus bens seguem naturalmente essa entrega.

O fundamento teológico supremo da generosidade cristã é apresentado em 2 Coríntios 8:9, um dos versículos mais densos da teologia paulina: "Porque já sabeis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, por amor de vós se fez pobre; para que pela sua pobreza enriquecêsseis". A encarnação é descrita como um movimento econômico de autoempobrecimento voluntário motivado pelo amor. O Filho de Deus, que possuía toda a riqueza da glória divina, despiu-se dessa riqueza e assumiu a pobreza da condição humana — e o fez precisamente para que os seres humanos, empobrecidos pelo pecado, fossem enriquecidos com as riquezas da salvação. A generosidade cristã é, portanto, uma imitação (*imitatio Christi*) desse movimento de esvaziamento em favor do outro.

2.6 A Ética do Trabalho no Novo Testamento

O Novo Testamento confere ao trabalho uma dignidade que era estranha à cultura greco-romana, onde o trabalho manual era frequentemente desprezado como atividade própria de escravos. O próprio apóstolo Paulo trabalhava como fabricante de tendas (Atos 18:3) e

orgulhava-se de não ter sido "pesado" financeiramente a nenhuma igreja, sustentando-se com o trabalho de suas próprias mãos (Atos 20:34). Ele exorta os tessalonicenses de forma particularmente incisiva: "Porque, quando ainda estávamos convosco, vos mandamos isto, que se alguém não quiser trabalhar, não coma também" (2 Tessalonicenses 3:10). Esta ordenança apostólica não condena os que não podem trabalhar — os genuinamente necessitados são objeto de cuidado — mas os que, podendo, recusam-se a fazê-lo, preferindo viver de forma desordenada.

A ética paulina do trabalho tem uma finalidade que transcende a mera subsistência individual. Em Efésios 4:28, o apóstolo escreve: "Aquele que furtava, não furete mais; antes trabalhe, fazendo com as mãos o que é bom, para que tenha o que repartir com o que tiver necessidade". O trabalho não é apenas um meio de autossustento, mas um instrumento de generosidade: trabalha-se não somente para ter, mas para ter o que dar. Esta é uma inversão radical da lógica aquisitiva: o fruto do trabalho não se destina primariamente ao acúmulo, mas à partilha. A mesma ideia aparece em Colossenses 3:23-24, onde Paulo exorta: "E tudo quanto fizerdes, fazei-o de todo o coração, como ao Senhor, e não aos homens, sabendo que recebereis do Senhor o galardão da herança, porque a Cristo, o Senhor, servis". O trabalho mais humilde, quando feito para o Senhor, adquire dignidade transcendente e recompensa eterna.

O apóstolo também adverte contra uma expectativa equivocada de que a volta iminente de Cristo isentaria os cristãos das responsabilidades terrenas. Alguns tessalonicenses, aparentemente entusiasmados com a esperança escatológica, haviam abandonado o trabalho e viviam de forma ociosa, "não trabalhando, antes fazendo coisas vãs" (2 Tessalonicenses 3:11). Paulo os admoesta a que, "trabalhando com sossego, comam o seu próprio pão" (2 Tessalonicenses 3:12). A expectativa do Reino futuro não deve gerar alienação das responsabilidades presentes; pelo contrário, deve produzir uma diligência ainda maior, pois o trabalho cristão é parte do testemunho do evangelho diante do mundo.

2.7 Contentamento e o Perigo do Amor ao Dinheiro

Poucos textos do Novo Testamento são tão contundentes em sua análise do perigo espiritual da riqueza quanto 1 Timóteo 6:6-10. O apóstolo Paulo começa estabelecendo a premissa fundamental: "É grande ganho a piedade com contentamento" (1 Timóteo 6:6). A palavra grega traduzida como "contentamento" é autarkeia, termo caro à filosofia estoica, mas que Paulo preenche com conteúdo teológico: a autossuficiência cristã não deriva de recursos interiores, mas da confiança na provisão divina. O argumento se apoia em uma verdade incontestável da existência humana: "Nada trouxemos para este mundo, e manifesto é que nada podemos levar dele" (1 Timóteo 6:7). A nudez com que se entra e se sai da vida relativiza toda a corrida pela acumulação.

A partir dessa premissa, Paulo define o padrão mínimo do contentamento: "Tendo, porém, sustento, e com que nos cobrirmos, estejamos com isso contentes" (1 Timóteo 6:8). Não se trata de uma apologia da miséria ou de uma negação do valor dos bens materiais, mas do estabelecimento de um limite: alimento e vestuário. Tudo o que excede essas necessidades básicas não é condenado em si mesmo, mas torna-se perigoso quando se transforma em objeto de desejo desordenado. O texto prossegue com uma advertência solene: "Mas os que querem ser ricos caem em tentação, e em laço, e em muitas concupiscências loucas e nocivas, que submergem os homens na perdição e ruína" (1 Timóteo 6:9). O problema não é a posse da riqueza em si, mas o desejo de enriquecer — a ambição que transforma o dinheiro em ídolo.

O clímax retórico e teológico da passagem encontra-se no versículo 10: "Porque o amor ao dinheiro é a raiz de toda a espécie de males; e nessa cobiça alguns se desviaram da fé, e se traspassaram a si mesmos com muitas dores" (1 Timóteo 6:10). Notoriamente, o texto não diz que "o dinheiro" é a raiz dos males, mas "o amor ao dinheiro" (*philargyria*). O dinheiro em si é neutro — pode ser instrumento de bem ou de mal — mas o amor desordenado a ele é uma força espiritual destrutiva que pode afastar o crente da fé. Na mesma carta, Paulo dirige-se diretamente "aos ricos deste mundo" (1 Timóteo 6:17-19) com quatro exortações: que não sejam altivos, que não ponham a esperança na incerteza das riquezas, mas em Deus; "que façam bem, enriqueçam em boas obras, repartam de boa mente, e sejam comunicáveis" (1 Timóteo 6:18). A verdadeira riqueza, na perspectiva paulina, não é a que se acumula, mas a que se distribui.

2.8 Tiago: Denúncia Profética contra os Ricos Opressores

A Epístola de Tiago contém algumas das mais severas denúncias contra a riqueza injusta encontradas no Novo Testamento, ecoando o tom dos profetas do Antigo Testamento como Amós e Isaías. Logo no capítulo 2, Tiago reprova a prática de favorecer os ricos nas assembleias cristãs enquanto se desprezam os pobres. "Meus irmãos, não tendes a fé de nosso Senhor Jesus Cristo, Senhor da glória, em aceção de pessoas" (Tiago 2:1). O exemplo é concreto: se entra na reunião um homem com anéis de ouro e roupas esplêndidas, e também um pobre com roupas humildes, e se dá atenção especial ao rico enquanto se manda o pobre ficar em pé ou sentar-se em lugar inferior, comete-se um pecado de discriminação que contradiz a fé cristã.

O fundamento teológico dessa censura é apresentado com clareza: "Ouvi, meus amados irmãos: Porventura não escolheu Deus aos pobres deste mundo para serem ricos na fé, e herdeiros do reino que prometeu aos que o amam?" (Tiago 2:5). A eleição divina dos pobres não significa que a pobreza material seja uma virtude automática, mas que Deus, em Sua soberania, tem demonstrado preferência pelos economicamente marginalizados. Tiago continua: "Mas vós desonrastes o pobre. Porventura não vos oprimem os ricos, e não vos arrastam aos tribunais?" (Tiago 2:6). O argumento é pragmático e irônico: a comunidade cristã está prestando honras especiais precisamente à classe social que a oprime.

O capítulo 5 da epístola eleva o tom para uma denúncia de intensidade profética sem paralelo no restante do Novo Testamento: "Eia, pois, agora vós, ricos, chorai e pranteai, por vossas misérias, que sobre vós hão de vir. As vossas riquezas estão apodrecidas, e as vossas vestes estão comidas de traça. O vosso ouro e a vossa prata se enferrujaram; e a sua ferrugem dará testemunho contra vós, e comerá como fogo a vossa carne. Entesourastes para os últimos dias" (Tiago 5:1-3). A acusação central atinge a retenção de salários devidos: "Eis que o jornal dos trabalhadores que ceifaram as vossas terras, e que por vós foi diminuído, clama; e os clamores dos que ceifaram entraram nos ouvidos do Senhor dos Exércitos" (Tiago 5:4). A injustiça econômica não é apenas um problema social; é um pecado que clama aos céus e atrai o juízo de Deus, o "Senhor dos Exércitos" — título que evoca o poder soberano e guerreiro de Deus em defesa dos oprimidos.

2.9 Generosidade como Marca do Cristão

A generosidade não é apresentada no Novo Testamento como uma virtude opcional ou um "carisma" de personalidades especialmente benevolentes, mas como uma marca distintiva de todo aquele que foi transformado pela graça de Deus. Paulo estabelece o modelo macedônio como paradigma: "E não somente fizeram como nós esperávamos, mas a si mesmos se deram primeiramente ao Senhor, e depois a nós, pela vontade de Deus" (2 Coríntios 8:5). A sequência é teologicamente significativa: a entrega a Deus precede e fundamenta a entrega dos bens. Quando uma pessoa se consagra ao Senhor, seu dinheiro deixa de ser posse exclusiva e torna-se recurso para o Reino.

O apóstolo também estabelece o princípio da proporcionalidade e da voluntariedade: "Cada um contribua segundo propôs no seu coração; não com tristeza, ou por necessidade; porque Deus ama ao que dá com alegria" (2 Coríntios 9:7). A oferta cristã não deve ser motivada por pressão externa ou constrangimento, mas por uma decisão alegre do coração. Notavelmente, o Novo Testamento não estabelece um percentual fixo como o dízimo do Antigo Testamento — embora também não o proíba —, mas apela para um princípio mais elevado: a generosidade proporcional e sacrificial. "O que semeia pouco, pouco também ceifará; e o que semeia em abundância, em abundância ceifará" (2 Coríntios 9:6). A metáfora agrícola da semeadura indica que a generosidade não é perda, mas investimento cujo retorno é garantido por Deus.

A generosidade se manifesta também na mutualidade cotidiana entre os crentes. Paulo exorta os romanos: "Comunicai com os santos nas suas necessidades, segui a hospitalidade" (Romanos 12:13). Em Gálatas 2:10, os apóstolos em Jerusalém fazem um único pedido a Paulo e Barnabé: "que nos lembrássemos dos pobres" — "o que também procurei fazer com diligência", acrescenta Paulo. A memória dos pobres não é um apêndice do evangelho, mas parte integrante dele. O apóstolo João expressa esse princípio de forma particularmente incisiva: "Quem, pois, tiver bens do mundo, e, vendo o seu irmão necessitado, lhe cerrar as suas entranhas, como estará nele o amor de Deus?" (1 João 3:17). A ausência de generosidade prática é incompatível com a presença do amor divino no coração.

2.10 O Reino de Deus como Nova Economia

O conceito bíblico de Reino de Deus (basileia tou Theou) constitui o centro unificador de todo o ensino neotestamentário e carrega implicações econômicas que não podem ser ignoradas. Quando Jesus inaugura Seu ministério público na sinagoga de Nazaré, Ele escolhe ler exatamente o texto de Isaías 61:1-2: "O Espírito do Senhor é sobre mim, pois que me ungiu para evangelizar os pobres. Enviou-me a curar os quebrantados de coração, a pregar liberdade aos cativos, e restauração da vista aos cegos, a pôr em liberdade os oprimidos, a anunciar o ano aceitável do Senhor" (Lucas 4:18-19). A expressão "ano aceitável do Senhor" remete diretamente ao ano do jubileu de Levítico 25, quando as dívidas eram perdoadas, os escravos libertados e as terras retornavam aos seus proprietários originais. Jesus declara: "Hoje se cumpriu esta Escritura em vossos ouvidos" (Lucas 4:21). O jubileu profético encontra seu cumprimento escatológico na pessoa e na obra de Cristo.

As Bem-aventuranças (Mateus 5:3-12) também revelam a lógica invertida do Reino em relação aos valores econômicos mundanos. "Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus" (Mateus 5:3). Embora "pobres de espírito" não seja um conceito meramente socioeconômico, mas uma atitude de humildade e dependência de Deus, a formulação não pode ser completamente dissociada da condição dos pobres materiais, a quem o Reino é anunciado como boa notícia. "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos" (Mateus 5:6) — a justiça (*dikaio syne*) no Antigo Testamento é frequentemente associada à restauração de relações econômicas equitativas. "Bem-aventurados os mansos, porque eles herdarão a terra" (Mateus 5:5) — a promessa da terra, que no Antigo Testamento era o bem econômico fundamental, é apropriada para os seguidores de Cristo em chave escatológica.

A oração do Pai Nosso contém uma petição econômica que é frequentemente subestimada: "O pão nosso de cada dia nos dá hoje" (Mateus 6:11). A palavra grega *epiousios* — traduzida como "de cada dia" ou "supersubstancial" — é um termo raro e intrigante, mas o sentido é claro: o discípulo do Reino depende diariamente de Deus para a provisão das necessidades materiais mais básicas. A oração não pede riqueza, abundância ou segurança financeira para o futuro; pede pão, e apenas o pão de hoje. Esta petição desmascara tanto a ansiedade do pobre quanto a autossuficiência do rico, colocando ambos na mesma posição de dependentes da provisão divina.

Por fim, a visão escatológica do Apocalipse apresenta a economia do Reino em sua consumação definitiva. Na Nova Jerusalém, o acesso é gratuito: "E o Espírito e a esposa dizem: Vem. E quem ouve, diga: Vem. E quem tem sede, venha; e quem quiser, tome de graça da água da vida" (Apocalipse 22:17). A árvore da vida produz frutos para a cura das nações (Apocalipse 22:2), e "ali nunca mais haverá maldição" (Apocalipse 22:3). A economia do Reino consumado é a economia da graça em sua plenitude: tudo é dom, nada é comprado, ninguém é excluído por falta

de recursos. Esta visão final ilumina retrospectivamente toda a ética econômica do Novo Testamento: a igreja é chamada a ser, já no presente, uma antecipação provisória dessa economia de gratuidade, generosidade e cuidado mútuo.

Conclusão

Ao percorrer o ensino do Novo Testamento sobre economia, emerge um quadro coerente e desafiador. O Novo Testamento não revoga os princípios econômicos do Antigo Testamento — a proibição da usura, a proteção dos vulneráveis, o descanso da terra, o cuidado com os pobres —, mas os aprofunda e os radicaliza à luz da pessoa e da obra de Cristo. A diferença fundamental reside no fato de que, enquanto a Torá estabelecia uma legislação econômica para uma nação teocrática, o Novo Testamento dirige-se a uma comunidade escatológica transnacional — a igreja — que vive sob o senhorio de Cristo e na expectativa da consumação do Reino.

Jesus desloca o foco das estruturas externas para o coração humano, mas Seu ensino não é menos radical em suas implicações econômicas. Pelo contrário: ao exigir que Seus discípulos não apenas cumpram a letra da lei, mas transformem suas disposições interiores em relação ao dinheiro, Ele estabelece um padrão que supera a justiça dos escribas e fariseus (Mateus 5:20). Os discípulos não devem apenas evitar a usura; devem emprestar sem esperar retorno (Lucas 6:35). Não devem apenas dar o dízimo; devem estar dispostos a vender tudo e dar aos pobres (Lucas 12:33). Não devem apenas pagar salários justos; devem reconhecer que o próprio Deus é o defensor dos trabalhadores explorados (Tiago 5:4).

A igreja primitiva, em sua expressão mais radical — a comunidade de bens de Jerusalém —, e em sua prática mais duradoura — a coleta para os pobres e a mutualidade entre as igrejas —, demonstrou que o evangelho tem consequências econômicas inevitáveis. A fé que não se traduz em generosidade concreta é uma fé morta (Tiago 2:15-17). A espiritualidade que ignora as necessidades materiais do irmão é uma espiritualidade falsa (1 João 3:17). O discipulado que não afeta a relação do crente com seus bens é um discipulado incompleto (Lucas 14:33).

Em síntese, o Novo Testamento propõe uma economia do Reino que se estrutura em torno de alguns princípios fundamentais: a generosidade como resposta à graça recebida (2 Coríntios 8:9); o contentamento como antídoto contra a ganância (1 Timóteo 6:6-8); a mordomia responsável como expressão de fidelidade a Deus (Mateus 25:21); a solidariedade com os pobres como evidência de amor genuíno (1 João 3:17); e o trabalho diligente como testemunho diante do mundo (2 Tessalonicenses 3:12). Estes princípios não constituem um programa político ou um sistema econômico alternativo completo, mas formam o ethos que deve caracterizar o povo do Reino enquanto aguarda a manifestação plena da nova criação, onde "Deus limpará de seus olhos toda a lágrima; e não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor" (Apocalipse 21:4). Até que esse dia chegue, a igreja é chamada a viver como colônia do céu na terra, antecipando em suas relações econômicas a justiça, a generosidade e a graça que um dia serão universais.

Referências

BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Marcos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Lucas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. João. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Romanos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 2 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Gálatas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Filipenses. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Colossenses. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 2 Tessalonicenses. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 1 Timóteo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Tiago. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 1 João. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Apocalipse. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

A Economia do Reino: Continuidade e Ruptura entre os Testamentos

Graça & Verdade · 25 de junho de 2026 · 25 min de leitura

Este artigo realiza uma análise comparativa entre os princípios econômicos do Antigo e do Novo Testamento, identificando continuidades, transformações e rupturas no desenvolvimento da economia do Reino de Deus ao longo da história bíblica.

A Bíblia não é um manual de economia, mas seria impossível negar que as Escrituras contêm, do Gênesis ao Apocalipse, uma visão econômica profundamente articulada. Dois artigos anteriores exploraram, separadamente, os princípios econômicos do Antigo Testamento e do Novo Testamento, revelando em cada um deles um conjunto coerente de valores, leis e práticas que regulam a relação do povo de Deus com os bens materiais. O Antigo Testamento estabelece um sistema econômico sofisticado, ancorado na aliança e na propriedade divina da terra, com instituições como o ano sabático, o jubileu, a remissão de dívidas e a proteção legal dos vulneráveis. O Novo Testamento, por sua vez, não revoga esses princípios, mas os reinterpreta e os radicaliza à luz da pessoa e da obra de Jesus Cristo, deslocando o foco da legislação nacional para a transformação do coração e para a vida da comunidade escatológica — a igreja.

O presente artigo tem um triplo objetivo. Em primeiro lugar, busca identificar as linhas de continuidade entre a economia do Antigo e do Novo Testamento, demonstrando que há uma unidade teológica fundamental subjacente a ambos os conjuntos de textos. Em segundo lugar, pretende analisar as transformações e rupturas que ocorrem na transição do Antigo para o Novo Testamento, especialmente no que diz respeito à natureza da comunidade que pratica esses princípios e ao fundamento teológico que os sustenta. Em terceiro lugar, propõe-se a refletir sobre como esses princípios podem e devem ser aplicados pela igreja e pela sociedade nos dias atuais, em um contexto marcado por desigualdades extremas, crises de endividamento, precarização do trabalho e degradação ambiental.

A tese central que orienta esta reflexão é a de que a economia do Reino, tal como revelada nas Escrituras, constitui uma "terceira via" que escapa tanto ao capitalismo desregulado quanto ao coletivismo estatizante: um modelo fundado na soberania divina sobre todos os bens, na dignidade do trabalho humano, na proteção dos vulneráveis como imperativo moral — e não como filantropia opcional — e na existência de mecanismos institucionais de correção periódica

das desigualdades. O artigo está estruturado em três grandes seções: a primeira examina as continuidades entre os Testamentos, a segunda analisa as rupturas e transformações, e a terceira discute as aplicações contemporâneas desses princípios.

Continuidades: o que permanece

2.1 Deus como Proprietário Absoluto de Todas as Coisas

O fundamento mais profundo e inegociável da economia bíblica — tanto no Antigo quanto no Novo Testamento — é a afirmação da soberania divina sobre toda a criação. Em Levítico 25:23, Deus declara categoricamente: "A terra não se venderá em perpetuidade, porque a terra é minha; pois vós sois estrangeiros e peregrinos comigo". Esta declaração desapropria todo proprietário humano e estabelece que a posse da terra — e, por extensão, de todos os bens — é relativa, condicional e subordinada ao senhorio absoluto de Deus. O Salmo 24:1 ecoa esse princípio: "Do Senhor é a terra e a sua plenitude, o mundo e aqueles que nele habitam". No Novo Testamento, esse princípio não é abolido, mas reafirmado e ampliado. Jesus ensina Seus discípulos a reconhecerem que o próprio "pão nosso de cada dia" (Mateus 6:11) é um dom que deve ser pedido diariamente ao Pai. Tiago adverte que toda presunção humana de controle sobre o futuro econômico é vaidade: "não sabeis o que acontecerá amanhã" (Tiago 4:14). A continuidade é inequívoca: em ambos os Testamentos, o ser humano nunca é proprietário absoluto, mas sempre mordomo (steward) dos bens que pertencem a Deus.

2.2 A Proteção dos Pobres e Vulneráveis como Imperativo Moral

Outra linha de continuidade fundamental entre os Testamentos é a centralidade do cuidado com os economicamente vulneráveis. No Antigo Testamento, a tríade "estrangeiro, órfão e viúva" aparece repetidamente como destinatária privilegiada da proteção legal divina. Êxodo 22:21-22 ordena: "O estrangeiro não afligirás, nem o oprimirás [...]. A nenhuma viúva nem órfão afligireis". As leis da respiga (Levítico 19:9-10; Deuteronômio 24:19-22) garantiam que os pobres tivessem acesso a alimento sem depender de esmolas humilhantes, mas por meio de um sistema de dignidade que lhes permitia trabalhar colhendo as sobras da lavoura. O Novo Testamento não apenas preserva, mas intensifica essa ênfase. Tiago define a "religião pura e imaculada" como "visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações" (Tiago 1:27). Jesus identifica-Se de tal forma com os pobres que declara que o serviço prestado a "um destes meus pequeninos irmãos" é serviço prestado a Ele mesmo (Mateus 25:40). Paulo, ao relatar o acordo com os apóstolos de Jerusalém, afirma que o único pedido que lhe fizeram foi "que nos lembrássemos dos pobres" (Gálatas 2:10) — e que isso ele procurou fazer "com diligência". A proteção dos vulneráveis não é um apêndice da ética bíblica, mas seu núcleo irredutível, que atravessa ambos os Testamentos sem variação.

2.3 A Generosidade como Resposta à Graça

Tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, a generosidade não é fundamentada em um cálculo utilitário — "dê para receber" —, mas como resposta à graça já recebida de Deus. O fundamento mais repetido para a ética social do Antigo Testamento é a memória da libertação do Egito: "Lembrar-te-ás de que foste servo na terra do Egito, e de que o Senhor teu Deus te resgatou; portanto hoje te ordeno isso" (Deuteronômio 15:15). A experiência da graça libertadora gera a obrigação de praticar a generosidade para com os outros. No Novo Testamento, Paulo eleva essa lógica ao seu ápice cristológico: "Porque já sabeis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, por amor de vós se fez pobre; para que pela sua pobreza enriquecêsseis" (2 Coríntios 8:9). O argumento é estruturalmente idêntico ao do Deuteronômio: a graça recebida (libertação do Egito / encarnação de Cristo) constitui o fundamento e a motivação para a prática da generosidade. Em ambos os casos, a dádiva precede a obrigação; a graça antecede a ética.

2.4 A Dignidade do Trabalho e o Direito ao Fruto do Trabalho

O trabalho humano é apresentado em toda a Escritura como uma atividade dotada de dignidade intrínseca, que remonta ao próprio ato criador de Deus e ao mandato cultural do Gênesis. O Antigo Testamento protege o trabalhador de forma concreta e detalhada: "Não oprimirás o diarista pobre e necessitado... No seu dia lhe pagarás a sua diária, e o sol não se porá sobre isso; porquanto pobre é, e sua vida depende disso" (Deuteronômio 24:14-15). O salário não é um favor, mas um direito que deve ser satisfeito com urgência, porque dele depende a sobrevivência imediata do trabalhador. O princípio é estendido até aos animais: "Não atarás a boca ao boi, quando trilhar" (Deuteronômio 25:4), que Paulo reinterpreta como princípio aplicável ao trabalhador humano (1 Coríntios 9:9-10). No Novo Testamento, Paulo reforça a dignidade do trabalho com a exortação: "Se alguém não quiser trabalhar, não coma também" (2 Tessalonicenses 3:10) e, em Efésios 4:28, estabelece a finalidade última do trabalho cristão: "para que tenha o que repartir com o que tiver necessidade". A continuidade entre os Testamentos é clara: o trabalho é digno, o salário é um direito, e o fruto do trabalho deve beneficiar não apenas o trabalhador, mas também a comunidade.

2.5 A Denúncia Profética da Opressão Econômica

A voz profética de denúncia contra a injustiça econômica ressoa com igual intensidade em ambos os Testamentos. No Antigo Testamento, Amós condena os comerciantes que perguntam "quando passará a lua nova, para vendermos o grão, e o sábado, para abrírmos os celeiros de trigo, diminuindo o efa, e aumentando o siclo, e procedendo dolosamente com balanças enganosas" (Amós 8:5). Miquéias denuncia os que "cobiçam campos, e roubam-nos, cobiçam casas, e arrebatam-nas" (Miquéias 2:2). Isaías proclama "ai" sobre os que "ajuntam casa a casa, reúnem campo a campo, até que não haja mais lugar" (Isaías 5:8). No Novo Testamento, Tiago assume esse mesmo tom profético ao declarar: "As vossas riquezas estão apodrecidas... Eis que o jornal dos trabalhadores... clama; e os clamores... entraram nos ouvidos do Senhor dos Exércitos"

(Tiago 5:2-4). A linguagem é a mesma, a indignação é a mesma, e o Deus que ouve o clamor dos oprimidos é o mesmo. Ambos os Testamentos testemunham que a injustiça econômica não é um problema meramente social, mas um pecado que atrai o juízo divino.

Rupturas e Transformações: o que muda

3.1 De Nação Teocrática a Comunidade Escatológica Transnacional

A transformação mais fundamental entre os Testamentos diz respeito à natureza da comunidade que pratica os princípios econômicos do Reino. No Antigo Testamento, a legislação econômica foi dada a Israel como nação teocrática, com fronteiras geográficas definidas, um governo central e a posse de um território específico — a terra de Canaã. As leis do ano sabático, do jubileu e da remissão de dívidas pressupunham um Estado que pudesse implementá-las coercitivamente. O Novo Testamento, porém, dirige-se a uma comunidade de natureza radicalmente distinta: a igreja, corpo transnacional de crentes que não possui território próprio, não exerce poder político coercitivo e vive dispersa entre as nações como "peregrinos e forasteiros" (1 Pedro 2:11). Esta mudança é crucial para compreender por que a igreja não pode simplesmente "aplicar" as leis econômicas do Antigo Testamento como legislação civil: o contexto mudou de uma teocracia nacional para uma comunidade escatológica voluntária.

Contudo, seria um equívoco concluir que os princípios econômicos do Antigo Testamento se tornaram obsoletos. O que muda não é a validade dos princípios, mas o modo de sua implementação. Onde o Antigo Testamento operava por meio da coerção legal do Estado, o Novo Testamento opera por meio da transformação do coração pelo Espírito Santo e da pressão moral da comunidade. A comunidade de bens de Jerusalém (Atos 2:44-45; 4:32-35) demonstra que os ideais do jubileu podem ser realizados — ainda que de forma localizada, temporária e voluntária — quando o Espírito de Deus move os corações. Paulo, ao organizar a coleta para os pobres de Jerusalém, não emite um decreto com força de lei, mas apela à consciência dos coríntios, apresentando-lhes o exemplo dos macedônios e, sobretudo, o exemplo de Cristo (2 Coríntios 8:1-9). A motivação passa da lei externa para a graça interior, mas o objetivo permanece o mesmo: que "não haja entre vós necessitado algum".

3.2 Da Terra Física à Herança Escatológica

No Antigo Testamento, a terra — a terra física de Canaã, repartida entre as tribos e famílias de Israel — era o bem econômico fundamental, a base da subsistência e da identidade de cada israelita. Por isso, a legislação do jubileu visava precisamente garantir que nenhuma família perdesse permanentemente sua herança territorial (Levítico 25:13, 23-28). O resgate da terra pelo parente próximo (go'el) era um mecanismo jurídico-econômico destinado a manter a integridade das propriedades familiares. No Novo Testamento, ocorre uma notável transposição escatológica desse conceito. Jesus promete que "os mansos... herdarão a terra" (Mateus 5:5), mas

o objeto da herança é reinterpretado: não se trata mais de um lote em Canaã, mas da participação no Reino de Deus em sua plenitude escatológica. Abraão, o paradigma da fé, "esperava a cidade que tem fundamentos, da qual o artífice e construtor é Deus" (Hebreus 11:10). Os patriarcas confessavam que eram "estrangeiros e peregrinos na terra" e, como diz a Escritura, "desejam uma melhor, isto é, a celestial" (Hebreus 11:13-16).

Essa transposição não significa, porém, que o Novo Testamento seja indiferente às necessidades materiais. Pelo contrário: a esperança escatológica intensifica o compromisso com a justiça presente. A promessa da terra futura não aliena o crente das responsabilidades terrenas, mas o liberta da ansiedade com que os "gentios" buscam segurança nos bens materiais (Mateus 6:31-33). O cristão pode praticar a generosidade radical precisamente porque sabe que sua herança verdadeira não está neste mundo, mas no mundo vindouro. Como afirma o autor de Hebreus, dirigindo-se aos crentes: "com alegria permitistes o roubo dos vossos bens, sabendo que em vós mesmos tendes nos céus uma possessão melhor e permanente" (Hebreus 10:34). A desmaterialização relativa da herança no Novo Testamento não diminui, mas potencializa o desprendimento e a generosidade.

3.3 Do Dízimo Obrigatório à Generosidade Proporcional

O Antigo Testamento estabelecia um sistema detalhado e complexo de dízimos e ofertas que sustentava o culto, os levitas e os pobres. Havia o dízimo levítico (Números 18:21-24), o dízimo festivo (Deuteronômio 14:22-27) e o dízimo trienal para os pobres (Deuteronômio 14:28-29; 26:12). Somados, esses dízimos representavam uma proporção significativa da produção anual, e seu cumprimento era uma obrigação legal sancionada pela aliança. O Novo Testamento não proíbe o dízimo — Jesus chega a dizer que os fariseus deveriam praticar a justiça e o amor "sem omitir" o dízimo (Mateus 23:23; Lucas 11:42) —, mas também não o estabelece como mandamento para a igreja. Em vez de fixar um percentual, os apóstolos apelam para um princípio mais elevado: a generosidade proporcional, voluntária e alegre.

Esse princípio está articulado de forma mais completa em 2 Coríntios 8 e 9: "Cada um contribua segundo propôs no seu coração; não com tristeza, ou por necessidade; porque Deus ama ao que dá com alegria" (2 Coríntios 9:7); "Se há prontidão de vontade, será aceita segundo o que qualquer tem, e não segundo o que não tem" (2 Coríntios 8:12). Paulo também introduz o conceito de igualdade como critério: "não digo isto para que os outros tenham alívio, e vós opressão, mas para igualdade" (2 Coríntios 8:13-14). Em 1 Coríntios 16:2, ele recomenda uma prática sistemática: "No primeiro dia da semana cada um de vós ponha de parte o que puder ajuntar, conforme a sua prosperidade". A mudança do Antigo para o Novo Testamento não é, portanto, uma redução do compromisso financeiro com o Reino, mas sua intensificação por meio da interiorização: não mais um percentual fixo imposto pela lei, mas uma resposta generosa proporcionada pela graça, que pode — e frequentemente deve — exceder o dízimo (cf. o jovem rico, chamado a dar tudo).

3.4 Da Legislação do Sábado e Jubileu ao Reino Presente

O ano sabático e o ano do jubileu constituíam o coração pulsante da economia do Antigo Testamento. A cada sete anos, a terra descansava (Levítico 25:1-7), as dívidas eram perdoadas (Deuteronômio 15:1-2) e os escravos hebreus eram libertados (Deuteronômio 15:12). A cada cinquenta anos, o jubileu proclamava "liberdade na terra a todos os seus moradores" (Levítico 25:10), as terras retornavam às famílias originais e a estrutura de propriedade era reequilibrada. Não há evidências de que essas instituições tenham sido plenamente praticadas em Israel, e o exílio babilônico é interpretado pelos cronistas como um jubileu forçado pela desobediência nacional: a terra finalmente desfrutou seus sábados (2 Crônicas 36:21).

No Novo Testamento, as instituições do sábado e do jubileu não são abolidas, mas cumpridas e transformadas em Cristo. Quando Jesus lê Isaías 61 na sinagoga de Nazaré e declara: "Hoje se cumpriu esta Escritura em vossos ouvidos" (Lucas 4:21), Ele está se apresentando como o cumprimento escatológico do jubileu. O "ano aceitável do Senhor" profetizado por Isaías e ansiado pelos exilados encontra seu cumprimento na pessoa e na obra de Cristo. A remissão de dívidas do Deuteronômio é assumida pelo Pai Nosso: "Perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores" (Mateus 6:12), onde a palavra grega *opheilēmata* significa tanto "dívidas" financeiras quanto "ofensas" morais. O próprio sábado semanal é reinterpretado: "O sábado foi feito por causa do homem, e não o homem por causa do sábado" (Marcos 2:27). As estruturas legais do Antigo Testamento encontram seu significado pleno em Cristo, que as leva do terreno do preceito externo para o terreno do princípio interior e da realidade escatológica.

3.5 Da Retribuição Terrena à Recompensa Escatológica

Uma diferença significativa entre os Testamentos diz respeito ao horizonte da retribuição divina. No Antigo Testamento, particularmente em Deuteronômio 28, a obediência aos mandamentos — incluindo os econômicos — é associada a bênçãos materiais concretas e imediatas: "O Senhor te abrirá o seu bom tesouro, o céu, para dar chuva à tua terra no seu tempo, e para abençoar toda a obra das tuas mãos; e emprestarás a muitas nações, porém tu não tomarás emprestado" (Deuteronômio 28:12). A desobediência, inversamente, resulta em maldições econômicas: seca, pragas, derrotas militares, endividamento e fome (Deuteronômio 28:15-68). Há, portanto, uma forte correlação — embora não mecânica ou absoluta — entre fidelidade à aliança e prosperidade material no Antigo Testamento.

No Novo Testamento, essa correlação é significativamente matizada e, em alguns aspectos, invertida. Jesus declara bem-aventurados os pobres (Lucas 6:20), não os ricos. Tiago afirma que Deus escolheu "aos pobres deste mundo para serem ricos na fé" (Tiago 2:5). O próprio Paulo descreve seu ministério como marcado por "fome e sede", "frio e nudez" (2 Coríntios 11:27), dificuldades que não diminuía sua fidelidade. A recompensa prometida no Novo Testamento não é primariamente material ou terrena, mas escatológica: "a incorruptível coroa da glória" (1

Pedro 5:4), "a herança incorruptível, incontaminável, e que não se pode murchar, guardada nos céus" (1 Pedro 1:4). Isto não significa que o Novo Testamento seja indiferente às condições materiais — como demonstram as coletas e a preocupação com os pobres —, mas que o horizonte último da recompensa é deslocado do presente para o futuro escatológico. A teologia da prosperidade que promete riquezas terrenas como sinal de bênção divina encontra, portanto, pouco ou nenhum apoio no Novo Testamento.

A Economia do Reino nos Dias Atuais

Após examinar as continuidades e as transformações entre os Testamentos, cabe perguntar: como esses princípios podem e devem ser aplicados pela igreja e pela sociedade no século XXI? Vivemos em um mundo onde a desigualdade econômica atingiu níveis historicamente inéditos. Segundo dados da Oxfam, o 1% mais rico da população mundial detém mais riqueza do que os 99% restantes. O endividamento das famílias, a precarização do trabalho, a concentração fundiária e a degradação ambiental são realidades que clamam por uma resposta à luz dos valores do Reino. A economia bíblica oferece princípios que, embora não constituam um programa político ou um sistema econômico completo, fornecem orientações éticas fundamentais para enfrentar esses desafios.

4.1 Mecanismos de Correção da Desigualdade

O jubileu e o ano sabático do Antigo Testamento representam um princípio de enorme relevância contemporânea: a necessidade de mecanismos institucionais de correção periódica das desigualdades. Nenhuma economia humana, por mais bem-intencionada que seja, é imune à tendência de concentração de riqueza ao longo do tempo. Sem intervenções corretivas, o rico tende a ficar mais rico e o pobre mais pobre — fenômeno que o economista Thomas Piketty documentou exaustivamente em "O Capital no Século XXI". O jubileu bíblico reconhecia essa dinâmica e estabelecia um "reset" obrigatório a cada cinquenta anos: as dívidas eram perdoadas, as terras retornavam, e cada família recuperava sua base produtiva. A economia moderna não precisa replicar literalmente o jubileu — impraticável em uma economia globalizada —, mas pode aprender o princípio subjacente: uma sociedade justa necessita de mecanismos que impeçam a acumulação permanente e a exclusão permanente.

Entre as aplicações contemporâneas desse princípio, podem-se mencionar: a tributação progressiva como instrumento de redistribuição; políticas de reforma agrária que garantam acesso à terra para quem nela trabalha; programas de perdão ou reestruturação de dívidas para famílias superendividadas — análogos modernos da remissão deuteronomica; leis antitruste que impeçam a concentração excessiva de poder econômico; e políticas de transferência de renda que garantam um mínimo de dignidade a todos os cidadãos. A igreja, por sua vez, deve ser uma

comunidade onde esses princípios são vividos internamente: como na igreja primitiva, "não havia, pois, entre eles necessitado algum" (Atos 4:34) — não por força de lei, mas pela generosidade voluntária que brota do Evangelho.

4.2 A Ética do Trabalho e a Dignidade do Trabalhador

A visão bíblica do trabalho desafia tanto o capitalismo predatório — que trata o trabalhador como mercadoria descartável — quanto o assistencialismo que desestimula a produtividade. O princípio paulino "se alguém não quiser trabalhar, não coma também" (2 Tessalonicenses 3:10) afirma a dignidade e a obrigação do trabalho, enquanto a exortação de Tiago contra os ricos que retêm o salário dos trabalhadores (Tiago 5:4) estabelece que a remuneração justa e pontual é um direito inalienável. Para os dias atuais, isso implica que a igreja deve ser uma voz profética na defesa de salários justos, condições dignas de trabalho e combate ao trabalho análogo à escravidão. Também implica que a comunidade cristã deve valorizar e criar oportunidades de trabalho significativo, rejeitando tanto o ócio parasitário quanto a exploração do trabalhador.

4.3 A Sustentabilidade e o Cuidado com a Criação

O princípio do descanso sabático da terra — "porém ao sétimo ano haverá sábado de descanso para a terra, um sábado ao Senhor; não semearás o teu campo nem podarás a tua vinha" (Levítico 25:4) — carrega uma sabedoria ecológica frequentemente ignorada. A terra não é um recurso infinito a ser explorado até o esgotamento; ela pertence a Deus e tem direito ao descanso. O Antigo Testamento reconhece que a produtividade contínua e ininterrupta degrada o solo e esgota os ecossistemas, e por isso institucionaliza a pausa como ato de obediência e confiança em Deus. Em uma era marcada pela crise climática, pelo desmatamento e pela perda de biodiversidade, esse princípio bíblico adquire urgência renovada. A igreja e a sociedade devem incorporar o princípio do descanso e da renovação cíclica como parte de uma economia sustentável que honre o Criador e preserve a criação para as gerações futuras.

4.4 Generosidade como Estilo de Vida e Testemunho

Em uma cultura que incita constantemente ao consumo e à acumulação, a igreja é chamada a ser uma contracultura da generosidade. O princípio neotestamentário de que "Deus ama ao que dá com alegria" (2 Coríntios 9:7) não se limita ao momento do ofertório dominical: ele deve permear toda a relação do cristão com seus bens. Isso inclui a prática da hospitalidade, o compartilhamento de recursos com irmãos em necessidade, o apoio a ministérios e missões, e a adoção de um estilo de vida que resista conscientemente à pressão consumista. A comunidade cristã deve ser um lugar onde os pobres encontram acolhimento e suprimento, não como objeto de caridade condescendente, mas como irmãos e irmãs que participam da mesma mesa do Senhor. A igreja que leva a sério a economia do Reino é aquela onde a generosidade não é exceção heroica de alguns, mas o padrão ordinário de todos.

4.5 A Igreja como Comunidade Econômica Alternativa

Talvez a aplicação mais radical e mais necessária dos princípios econômicos do Reino seja a recuperação da igreja local como comunidade econômica alternativa. Não se trata de voltar a um suposto "comunismo primitivo" de Atos 2, mas de reconhecer que a igreja é chamada a ser uma esfera onde as relações econômicas são reconfiguradas pelo Evangelho. Na igreja, o rico e o pobre sentam-se à mesma mesa (Tiago 2:1-4 proíbe a discriminação). Na igreja, os recursos circulam dos que têm abundância para os que têm necessidade (Atos 4:34-35). Na igreja, o valor de uma pessoa não é medido por seu patrimônio, mas por sua condição de imagem de Deus e de membro do corpo de Cristo (1 Coríntios 12:22-26). Na igreja, as dívidas são perdoadas — não apenas as dívidas morais, mas, quando necessário e possível, também as financeiras, como expressão concreta do perdão recebido de Deus (Mateus 18:23-35).

Essa visão da igreja como comunidade econômica alternativa não significa que os cristãos devam se retirar da economia mais ampla ou abdicar de sua responsabilidade de influenciar as estruturas sociais. Significa, porém, que o principal laboratório onde os valores econômicos do Reino são testados e demonstrados é a própria comunidade dos redimidos. É ali que o mundo deve poder ver — ainda que de forma imperfeita e provisória — como é uma sociedade onde Deus é reconhecido como proprietário de tudo, onde o pobre é honrado, onde o trabalho é digno, onde a dívida é perdoada e onde a generosidade é a regra, não a exceção. A igreja não é o Reino em sua plenitude, mas é o lugar onde o Reino se torna visível e palpável, inclusive — e talvez especialmente — em sua dimensão econômica.

4.6 Limites e Sabedoria na Aplicação

É necessário, contudo, exercer sabedoria e humildade ao transpor princípios bíblicos para a arena da política pública. A Bíblia não fornece um programa de governo, e tentar extrair dela um "plano econômico divino" detalhado seria cometer o erro do triunfalismo teocrático. Os princípios bíblicos funcionam mais como critérios éticos para avaliar e orientar as decisões econômicas do que como um modelo pronto a ser implementado. Além disso, a aplicação desses princípios exigirá sabedoria contextual: o que funciona em uma comunidade rural do Pará pode não ser adequado para uma igreja urbana em São Paulo, e o que é possível em uma economia de subsistência pode não ser diretamente transponível para uma economia digital globalizada. O princípio permanece; a aplicação requer discernimento.

Por fim, é crucial reconhecer que a transformação econômica mais profunda não virá primariamente por meio de políticas públicas — por mais importantes que estas sejam —, mas por meio da transformação de corações operada pelo Evangelho. Como observou o teólogo John Stott, "a única maneira de mudar a sociedade é mudar as pessoas que compõem a sociedade". A economia do Reino começa no coração regenerado que reconhece Deus como Senhor de todos os

bens, que encontra contentamento na provisão divina, que trabalha com diligência e generosidade, e que vê no pobre não um problema a ser administrado, mas um irmão a ser amado.

Conclusão

Este artigo procurou demonstrar que a economia do Reino de Deus, tal como apresentada nas Escrituras, constitui um corpo coerente de princípios que atravessam ambos os Testamentos, embora sofrendo transformações significativas na transição do Antigo para o Novo. As continuidades essenciais incluem a afirmação da soberania divina sobre todos os bens, o cuidado com os pobres como imperativo moral, a generosidade como resposta à graça, a dignidade do trabalho e a denúncia profética da opressão econômica. As transformações envolvem principalmente a natureza da comunidade que pratica esses princípios (de nação teocrática a comunidade escatológica), o fundamento motivacional (da lei externa à graça interior), o horizonte da recompensa (da prosperidade terrena à herança celestial) e a forma de implementação (da coerção legal à transformação voluntária pelo Espírito).

Longe de serem peças de museu teológico, esses princípios têm relevância direta e urgente para os desafios do século XXI. A desigualdade extrema, o endividamento generalizado, a precarização do trabalho e a crise ecológica são realidades que clamam por uma resposta informada pelos valores do Reino. A igreja tem a responsabilidade e a oportunidade de encarnar uma economia alternativa — não como fuga do mundo, mas como testemunho profético diante dele — onde a generosidade substitui a acumulação, a solidariedade substitui a competição, e o cuidado com os vulneráveis é a medida da fidelidade a Deus.

Em última análise, a economia do Reino aponta para além de si mesma. Ela é sinal e antecipação de uma realidade futura onde "Deus limpará de seus olhos toda a lágrima; e não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor" (Apocalipse 21:4). Na Nova Jerusalém, a economia será de pura gratuidade: "quem quiser, tome de graça da água da vida" (Apocalipse 22:17). Enquanto esse dia não chega, a igreja é chamada a viver, aqui e agora, como embaixada do céu — uma comunidade onde os bens circulam, as dívidas são perdoadas, o pobre é honrado e Deus é reconhecido como o único e verdadeiro Dono de tudo. Essa é a economia do Reino: não um código de leis, mas uma cultura de graça; não um projeto político, mas um modo de vida que testemunha, pelas relações econômicas concretas, que Jesus Cristo é o Senhor.

Referências

BÍBLIA. A. T. Êxodo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. A. T. Levítico. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. A. T. Deuteronômio. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. A. T. Salmos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. A. T. Amós. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Lucas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Romanos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 2 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Gálatas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 2 Tessalonicenses. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 1 Timóteo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Tiago. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 1 Pedro. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Hebreus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Apocalipse. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

A Validade do Dízimo na Igreja Contemporânea

Graça & Verdade · 29 de junho de 2026 · 20 min de leitura

Este artigo examina a validade e o percentual do dízimo na igreja contemporânea com base exclusiva nas Escrituras Sagradas. A pesquisa percorre o desenvolvimento histórico-bíblico do dízimo desde sua prática antes da Lei até sua aplicação nos dias atuais.

O dízimo é um dos temas mais debatidos no meio evangélico contemporâneo. De um lado, há aqueles que defendem sua plena vigência como mandamento bíblico obrigatório, apontando para passagens como Malaquias 3:8-10 e Mateus 23:23. De outro, há os que argumentam que o dízimo é uma instituição da Lei Mosaica, superada pela nova aliança, que preconiza ofertas voluntárias proporcionais (2 Coríntios 9:7). Entre esses polos, existe um amplo espectro de posições intermediárias.

Este artigo propõe-se a examinar, com base exclusiva nas Escrituras, três questões fundamentais: (a) o que a Bíblia ensina sobre o dízimo no Antigo Testamento; (b) como o Novo Testamento aborda o tema; e (c) como esse princípio se aplica à igreja nos dias atuais, incluindo a questão do percentual e as consequências para quem contribui e para quem não contribui com a obra de Deus.

O Dízimo no Antigo Testamento

O Antigo Testamento apresenta o dízimo em três fases distintas: antes da Lei, durante a Lei e no período profético pós-exílico. Cada uma delas oferece elementos importantes para a compreensão do tema.

2.1 O Dízimo Antes da Lei: Abraão e Jacó

A primeira menção bíblica ao dízimo ocorre em Gênesis 14, quando Abraão retorna da vitória sobre os reis que haviam saqueado Sodoma e levado Ló cativo. O texto relata: "E Melquisedeque, rei de Salem, trouxe pão e vinho; e era este sacerdote do Deus Altíssimo. E abençoou-o... E Abrão deu-lhe o dízimo de tudo" (Gênesis 14:18-20). Esse evento é significativo por várias razões: ocorre antes da instituição da Lei Mosaica; o destinatário não é um levita, mas um sacerdote misterioso, figura de Cristo (Hebreus 7); e Abraão entrega voluntariamente o dízimo como ato de adoração e reconhecimento da soberania de Deus sobre os bens materiais.

A segunda menção pré-lei encontra-se em Gênesis 28:20-22, onde Jacó, após o sonho da escada que tocava o céu, faz um voto: "Se Deus for comigo, e me guardar nesta viagem... o Senhor me será por Deus; e esta pedra que tenho posto por coluna será casa de Deus; e de tudo quanto me deres, certamente te darei o dízimo". Novamente, o dízimo aparece como expressão voluntária de devoção, não como mandamento legal. É uma resposta de gratidão a Deus por Sua proteção e provisão.

Esses dois exemplos patriarcais demonstram que o princípio de devolver a décima parte a Deus como reconhecimento de Sua soberania precede e transcende o sistema levítico, enraizando-se na fé dos patriarcas.

2.2 O Dízimo na Lei Mosaica: Natureza e Propósitos

Com a instituição da Lei, o dízimo passou de prática voluntária para mandamento obrigatório, integrando o sistema cultural e social de Israel. O Antigo Testamento estabelece, na verdade, não um, mas pelo menos três dízimos distintos, que juntos somavam mais de 10% da renda anual do israelita.

O primeiro dízimo era destinado ao sustento da tribo de Levi, responsável pelo serviço no Tabernáculo e, posteriormente, no Templo. Números 18:21 declara: "E eis que aos filhos de Levi tenho dado todos os dízimos em Israel por herança, pelo ministério que executam". Os levitas, por sua vez, deveriam entregar o dízimo dos dízimos aos sacerdotes (Números 18:26-28). Esse sistema vigorava porque Levi não recebera herança territorial como as demais tribos, sendo o próprio Senhor a sua herança.

O segundo dízimo é descrito em Deuteronômio 14:22-27: "Certamente darás os dízimos de todo o fruto da tua semente, que cada ano se recolher do campo. E, perante o Senhor teu Deus, no lugar que escolher para ali fazer habitar o seu nome, comerás os dízimos do teu grão, do teu mosto e do teu azeite". Este dízimo era consumido pelo próprio ofertante e sua família em uma refeição festiva perante o Senhor, no local designado por Ele (o Templo em Jerusalém). O propósito era pedagógico: "para que aprendas a temer ao Senhor teu Deus todos os dias". Não se tratava de mero imposto, mas de uma experiência de adoração e comunhão com Deus.

O terceiro dízimo ocorria a cada três anos. Deuteronômio 14:28-29 ordena: "Ao fim de três anos tirarás todos os dízimos da tua colheita no mesmo ano, e os recolherás dentro das tuas portas; então virá o levita... e o estrangeiro, e o órfão, e a viúva... e comerão, e fartar-se-ão; para que o Senhor teu Deus te abençoe em toda a obra que as tuas mãos fizerem". Este terceiro dízimo tinha finalidade social: amparar os necessitados da comunidade.

Soma-se a esses dízimos a determinação de Levítico 27:30-32: "Também todas as dízimas do campo... são do Senhor; santas são ao Senhor". O dízimo era considerado santo, consagrado a Deus. Não era oferta opcional, mas devolução obrigatória de algo que já pertencia ao Senhor. O

texto acrescenta que, se alguém quisesse resgatar parte do dízimo, deveria acrescentar um quinto (20%) sobre o valor — penalidade que reforça a seriedade da obrigação.

2.3 Malaquias 3:8-12: A Repreensão Profética e a Promessa de Bênção

O texto mais contundente do Antigo Testamento sobre o dízimo encontra-se em Malaquias 3:8-12, escrito no período pós-exílico, quando o povo negara a manutenção do Templo e do culto. O profeta transmite uma dura repreensão divina: "Roubará o homem a Deus? Todavia vós me roubais, e dizeis: Em que te roubamos? Nos dízimos e nas ofertas. Com maldição sois amaldiçoados, porque a mim me roubais, sim, toda esta nação" (Malaquias 3:8-9).

Dois aspectos merecem destaque. Primeiro, Deus classifica a retenção do dízimo como roubo — não mera negligência ou descuido, mas apropriação indevida do que Lhe pertence. Segundo, a consequência é a maldição sobre a nação inteira, demonstrando que a infidelidade nos dízimos tem efeitos coletivos, não apenas individuais.

Imediatamente após a reprimenda, porém, vem uma das promessas mais extraordinárias da Bíblia: "Trazei todos os dízimos à casa do tesouro, para que haja mantimento na minha casa, e depois fazei prova de mim nisto, diz o Senhor dos Exércitos, se eu não vos abrir as janelas do céu, e não derramar sobre vós uma bênção tal até que não haja lugar suficiente para a recolherdes. E por causa de vós repreenderei o devorador, e ele não destruirá os frutos da vossa terra; e a vossa vide no campo não será estéril" (Malaquias 3:10-11).

Malaquias é a única passagem bíblica em que Deus explicitamente convida o homem a "prová-Lo" quanto ao dízimo. A promessa abrange três áreas: provisão abundante ("janelas do céu"), proteção contra perdas ("repreenderei o devorador") e produtividade do trabalho ("a vide não será estéril"). O versículo 12 acrescenta uma bênção reputacional: "E todas as nações vos chamarão bem-aventurados".

2.4 Provérbios 3:9-10: O Princípio das Primícias

Embora não trate especificamente do dízimo, Provérbios 3:9-10 estabelece um princípio fundamental: "Honra ao Senhor com os teus bens, e com a primeira parte de todos os teus ganhos; e se encherão os teus celeiros, e transbordarão de vinho os teus lagares". A ênfase recai sobre a prioridade de Deus na administração financeira — dar a "primeira parte", não as sobras, como ato de honra e confiança. Este princípio ecoa por todo o Antigo Testamento e permanece relevante para a reflexão sobre o sustento da obra de Deus.

O Dízimo no Novo Testamento

A abordagem neotestamentária do dízimo difere significativamente da veterotestamentária. Enquanto o Antigo Testamento dedica capítulos inteiros à regulamentação detalhada dos dízimos, o Novo Testamento menciona o termo poucas vezes e nunca ordena explicitamente aos

cristãos que dizimem. Contudo, estabelece princípios que orientam a contribuição financeira na nova aliança.

3.1 A Menção de Jesus ao Dízimo (Mateus 23:23; Lucas 11:42)

A única menção direta de Jesus ao dízimo ocorre em Sua crítica aos escribas e fariseus: "Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! pois que dizimais a hortelã, o endro e o cominho, e desprezais o mais importante da lei, o juízo, a misericórdia e a fé; deveis, porém, fazer estas coisas, e não omitir aquelas" (Mateus 23:23).

Este versículo é crucial para o debate. Por um lado, Jesus claramente valida a prática do dízimo ao dizer "deveis fazer estas coisas" — referindo-se ao ato de dizimar. Ele não abole o dízimo. Por outro lado, Ele relativiza sua importância diante dos valores maiores da Lei: justiça, misericórdia e fé. O dízimo é válido, mas insuficiente se desacompanhado de um coração reto. Jesus está falando a judeus que ainda viviam sob a economia da Lei, antes da instituição da nova aliança em Sua morte e ressurreição. O texto paralelo de Lucas 11:42 utiliza linguagem semelhante, reforçando o ensino.

3.2 Hebreus 7: O Dízimo e o Sacerdócio de Cristo

O escritor aos Hebreus retoma o episódio de Abraão e Melquisedeque para demonstrar a superioridade do sacerdócio de Cristo sobre o levítico. O argumento é o seguinte: Levi, que recebia dízimos do povo, pagou dízimos a Melquisedeque por meio de Abraão, pois "ainda ele estava nos lombos de seu pai quando Melquisedeque lhe saiu ao encontro" (Hebreus 7:9-10). Logo, o sacerdócio de Melquisedeque — do qual Cristo é o cumprimento — é superior ao de Levi.

O ponto teológico de Hebreus não é ensinar sobre o dízimo em si, mas demonstrar a mudança de sacerdócio e, conseqüentemente, da lei: "mudando-se o sacerdócio, necessariamente se faz também mudança da lei" (Hebreus 7:12). Esse versículo é utilizado por aqueles que defendem a não obrigatoriedade do dízimo na nova aliança, pois se o sistema levítico — que incluía o dízimo como meio de sustento sacerdotal — foi substituído pelo sacerdócio de Cristo, a legislação sobre o dízimo também teria sido cumprida e superada.

3.3 O Sustento Ministerial no Novo Testamento (1 Coríntios 9)

Embora não use o termo "dízimo", Paulo defende vigorosamente o direito daqueles que pregam o evangelho de serem sustentados pela igreja. Em 1 Coríntios 9:13-14, ele argumenta: "Não sabeis vós que os que administram o que é sagrado comem do que é do templo? E que os que de contínuo estão junto ao altar, participam do altar? Assim ordenou também o Senhor aos que anunciam o evangelho, que vivam do evangelho".

O princípio permanece: a obra de Deus deve ser sustentada pelo povo de Deus. Paulo cita, inclusive, a Lei de Moisés como analogia ("Não atarás a boca ao boi que trilha o grão" — 1 Coríntios 9:9; Deuteronômio 25:4) para demonstrar que o obreiro é digno do seu salário. Contudo, Paulo faz questão de abrir mão desse direito em seu próprio ministério, para não criar obstáculos ao evangelho (1 Coríntios 9:12, 15-18), o que demonstra que, na nova aliança, o sustento ministerial é um direito, não uma imposição legal.

3.4 O Princípio Neotestamentário da Contribuição Voluntária e Generosa

O Novo Testamento não fixa um percentual obrigatório para as contribuições. Em vez disso, estabelece princípios que devem governar a mordomia cristã:

Primeiro, a contribuição deve ser proporcional à renda. Paulo instrui os coríntios: "No primeiro dia da semana cada um de vós ponha de parte o que puder ajuntar, conforme a sua prosperidade" (1 Coríntios 16:2). O texto não diz "deem 10%", mas "conforme a sua prosperidade" — o que tanto pode significar um percentual fixo como um valor variável conforme a condição financeira de cada um.

Segundo, a contribuição deve ser voluntária e alegre, não por constrangimento. O texto mais explícito é 2 Coríntios 9:6-7: "E digo isto: Que o que semeia pouco, pouco também ceifará; e o que semeia em abundância, em abundância ceifará. Cada um contribua segundo propôs no seu coração; não com tristeza, ou por necessidade; porque Deus ama ao que dá com alegria". O princípio da sementeira e da colheita permanece vigente, mas a motivação deve ser a alegria, não o medo ou a coação.

Terceiro, a contribuição deve ser sistemática e planejada. A expressão "no primeiro dia da semana" (1 Coríntios 16:2) sugere regularidade, e "cada um de vós ponha de parte" indica intencionalidade prévia. A igreja primitiva não dependia de apelos emocionais ou improvisos, mas de planejamento na administração das contribuições.

3.5 O Exemplo da Igreja Primitiva (Atos 2 e 4)

Nos primeiros capítulos de Atos, a igreja de Jerusalém praticou uma forma ainda mais radical de contribuição. O texto relata que "todos os que criam estavam juntos, e tinham tudo em comum. E vendiam suas propriedades e bens, e repartiam com todos" (Atos 2:44-45). Em Atos 4:34-35, acrescenta-se: "Não havia, pois, entre eles necessitado algum; porque todos os que possuíam herdades ou casas, vendendo-as, traziam o preço do que fora vendido, e o depositavam aos pés dos apóstolos. E repartia-se a cada um, segundo a necessidade que cada um tinha".

Este modelo excede em muito os 10% do dízimo levítico — os primeiros cristãos entregavam tudo o que possuíam, e não apenas uma fração. No entanto, é importante observar que essa prática não é apresentada como mandamento universal, mas como manifestação espontânea do amor

fraternal impulsionado pelo Espírito Santo. Em nenhum outro lugar do Novo Testamento essa prática é instituída como norma para todas as igrejas.

Consequências Bíblicas da Fidelidade e da Infidelidade na Contribuição

As Escrituras associam tanto bênçãos quanto maldições à forma como o povo de Deus administra seus bens em relação ao Senhor. É necessário, porém, distinguir entre princípios espirituais permanentes e promessas específicas da antiga aliança.

4.1 As Consequências para Quem Contribui com Fidelidade

A Bíblia apresenta pelo menos quatro consequências associadas à fidelidade na contribuição. A primeira é a bênção material, prometida de forma clara em Malaquias 3:10 ("abrir as janelas do céu") e Provérbios 3:10 ("se encherão os teus celeiros"). No entanto, deve-se evitar a chamada "teologia da prosperidade", que trata essas promessas como fórmulas automáticas de enriquecimento. As bênçãos materiais na Bíblia são consequência da obediência dentro de uma aliança, não mecanismo de barganha com Deus.

A segunda é a proteção contra o devorador. Malaquias 3:11 declara: "por causa de vós repreenderei o devorador". No contexto agrícola de Israel, o "devorador" eram pragas como gafanhotos que destruíam as colheitas. No contexto contemporâneo, o princípio aponta para a proteção divina sobre o patrimônio e o fruto do trabalho daqueles que honram a Deus com seus bens.

A terceira é a colheita proporcional. 2 Coríntios 9:6 estabelece que a semeadura determina a colheita: "o que semeia pouco, pouco também ceifará; e o que semeia em abundância, em abundância ceifará". Ainda que Paulo estivesse tratando especificamente de uma coleta para os santos pobres de Jerusalém, o princípio agrícola que ele evoca transcende o contexto imediato.

A quarta é a alegria e o contentamento. O doador generoso experimenta a bem-aventurança de que "mais bem-aventurada coisa é dar do que receber" (Atos 20:35), e a satisfação de contribuir para o avanço do Reino de Deus.

4.2 As Consequências para Quem Não Contribui ou o Faz sem o Coração Correto

Malaquias 3:9 é explícito: "Com maldição sois amaldiçoados, porque a mim me roubais". A retenção do que pertence a Deus atrai disciplina divina. Ageu 1:6,9 complementa: "Semeais muito, e recolheis pouco; comeis, porém não vos fartais; bebeis, porém não vos saciais; vestis-vos, porém ninguém se aquece; e o que recebe salário, recebe-o num saco furado". O profeta atribui a escassez à negligência com a Casa de Deus.

No Novo Testamento, a ênfase recai menos sobre maldições específicas e mais sobre o princípio espiritual de que a avareza e a mesquinhez endurecem o coração e afastam o crente da dependência de Deus. Jesus advertiu: "Não podeis servir a Deus e a Mamom" (Mateus 6:24). O apego excessivo ao dinheiro revela idolatria, e a recusa em contribuir para a obra de Deus demonstra falta de fé na provisão divina e ingratidão pelo que Dele se recebeu.

Há também uma consequência comunitária: quando o povo de Deus deixa de contribuir, a obra definha. Em Malaquias, a falta de dízimos resultou em falta de "mantimento na minha casa" (Malaquias 3:10) — os levitas abandonaram o serviço do Templo para buscar sustento próprio (Neemias 13:10). Na igreja contemporânea, a infidelidade financeira dos membros pode comprometer a manutenção do templo, o sustento pastoral e as ações missionárias e sociais.

O Dízimo na Igreja Contemporânea: Validade e Percentual

5.1 A Questão do Percentual

Uma das questões mais práticas diz respeito ao percentual. O Antigo Testamento estabelecia o dízimo (10%) como base, mas, como visto, na verdade havia mais de um dízimo, totalizando aproximadamente 23% da renda anual. O Novo Testamento, contudo, não fixa nenhum percentual numérico. As expressões neotestamentárias são qualitativas e proporcionais, não quantitativas: "conforme a sua prosperidade" (1 Coríntios 16:2), "segundo propôs no seu coração" (2 Coríntios 9:7), "o que semeia em abundância" (2 Coríntios 9:6).

Diante disso, surgem três posições principais entre os cristãos: (a) o dízimo de 10% permanece obrigatório, pois é anterior à Lei e confirmado por Jesus; (b) o dízimo de 10% é uma referência mínima e orientadora, mas cada crente deve dar conforme sua condição e com alegria; e (c) o dízimo de 10% foi abolido com a Lei, e o crente da nova aliança deve apenas dar ofertas voluntárias conforme a direção do Espírito.

As três posições encontram defensores entre estudiosos sérios da Bíblia. Não obstante, é possível identificar um consenso no Novo Testamento em torno dos seguintes parâmetros: generosidade ("em abundância"), proporcionalidade ("conforme a sua prosperidade"), voluntariedade ("segundo propôs no coração"), alegria ("Deus ama ao que dá com alegria") e regularidade ("no primeiro dia da semana"). Sob nenhuma hipótese o Novo Testamento autoriza a avareza ou a negligência com a obra de Deus.

5.2 Validade do Princípio para os Dias Atuais

Ainda que haja debate sobre a obrigatoriedade do percentual exato de 10%, há amplo consenso de que o princípio de contribuir para a obra de Deus permanece plenamente vigente. As razões são bíblicas e práticas:

Primeiro, a igreja possui despesas reais — manutenção do local de culto, sustento pastoral e missionário, ação social, literatura evangelística, entre outras — que exigem recursos financeiros. O princípio paulino de que "os que anunciam o evangelho" devem viver do evangelho (1 Coríntios 9:14) permanece em vigor, e os pastores que se dedicam integralmente ao ministério precisam ser sustentados.

Segundo, a contribuição é um ato de adoração e de reconhecimento de que tudo pertence a Deus (Salmo 24:1). Não é pagamento, mas devolução. Como afirmou Davi: "Porque tudo vem de ti, e do que é teu to damos" (1 Crônicas 29:14). Contribuir é expressão concreta de fé, gratidão e dependência do provedor divino.

Terceiro, a prática de separar regularmente uma porção dos rendimentos para Deus disciplina a vida financeira do crente e combate a idolatria do dinheiro. Jesus ensinou que "onde estiver o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração" (Mateus 6:21). Contribuir para o Reino é um investimento com retorno eterno.

Conclusão

Após percorrer o desenvolvimento bíblico do dízimo — dos patriarcas à Lei, dos profetas a Jesus, e de Jesus aos apóstolos —, é possível traçar algumas conclusões fundamentadas exclusivamente nas Escrituras.

Primeira: o dízimo, como prática de devolver a décima parte a Deus, precede a Lei Mosaica (Abraão e Jacó) e foi plenamente incorporado a ela como mandamento obrigatório para Israel, servindo a um triplo propósito: sustento do culto e do sacerdócio, adoração comunitária e assistência social aos necessitados. A infidelidade nos dízimos era tratada como roubo contra Deus e resultava em maldição (Malaquias 3:8-9), enquanto a fidelidade atraía bênçãos materiais e espirituais (Malaquias 3:10-12; Provérbios 3:9-10).

Segunda: Jesus validou a prática do dízimo (Mateus 23:23), mas a inseriu em um contexto de prioridades espirituais superiores. O Novo Testamento, porém, não reitera o mandamento do dízimo como obrigação legal para a igreja. Em vez disso, estabelece princípios mais elevados: generosidade, proporcionalidade, voluntariedade, alegria e regularidade (1 Coríntios 16:2; 2 Coríntios 9:6-7). A mudança do sacerdócio levítico para o sacerdócio de Cristo (Hebreus 7) alterou a forma como o povo de Deus contribui, mas não eliminou a responsabilidade de sustentar a obra do Senhor.

Terceira: quanto ao percentual, o Novo Testamento não fixa 10% ou qualquer outro número. Para aqueles que estão na graça, a pergunta não é mais "qual o mínimo que devo dar?", mas "quanto posso dar com alegria e generosidade para a glória de Deus?". O dízimo de 10% pode ser adotado como referência útil e como disciplina espiritual mínima, mas não deve ser imposto

como lei, sob pena de retroceder ao legalismo que Paulo combateu na epístola aos Gálatas. Ao mesmo tempo, ofertar menos de 10% sem razão justificável pode revelar falta de generosidade e de compromisso com o Reino.

Quarta: as consequências da fidelidade ou infidelidade na contribuição são reais. Deus honra a fé e a generosidade do Seu povo com provisão, proteção e contentamento (2 Coríntios 9:8-11). A avareza e a retenção egoísta endurecem o coração e revelam idolatria (Mateus 6:24). Contudo, a motivação para contribuir deve ser a gratidão pela graça recebida, não o medo da maldição ou a ambição da prosperidade material.

Em suma, a igreja contemporânea encontrará no Novo Testamento não uma tabela de percentuais, mas um chamado a uma mordomia radical e alegre, em que cada crente, "segundo propôs no seu coração", contribui generosamente para que o evangelho avance, os pastores sejam sustentados e os necessitados sejam amparados — pois "Deus ama ao que dá com alegria" (2 Coríntios 9:7).

Referências

BÍBLIA. A. T. Gênesis. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Gênesis 14; Gênesis 28.

BÍBLIA. A. T. Levítico. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Levítico 27.

BÍBLIA. A. T. Números. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Números 18.

BÍBLIA. A. T. Deuteronômio. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Deuteronômio 14; Deuteronômio 25.

BÍBLIA. A. T. 1 Crônicas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Crônicas 29.

BÍBLIA. A. T. Neemias. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Neemias 13.

BÍBLIA. A. T. Salmos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Salmo 24.

BÍBLIA. A. T. Provérbios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Provérbios 3.

BÍBLIA. A. T. Ageu. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Ageu 1.

BÍBLIA. A. T. Malaquias. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Malaquias 3.

BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Mateus 6; Mateus 23.

BÍBLIA. N. T. Lucas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Lucas 11.

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Atos 2; Atos 4; Atos 20.

BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Coríntios 9; 1 Coríntios 15.

BÍBLIA. N. T. 2 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 2 Coríntios 8; 2 Coríntios 9.

BÍBLIA. N. T. Gálatas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Gálatas 3.

BÍBLIA. N. T. Hebreus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Hebreus 7.